

MANUAL DE PROJETOS DE SANEAMENTO

MPS

MÓDULO 1

***PREScrições para Elaboração e
Apresentação de***

Estudo Técnico Preliminar

**VERSÃO
2025**

**Prescrições para Elaboração e apresentação de
Estudo Técnico Preliminar**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 LEIS, NORMAS E DOCUMENTOS A SEREM SEGUIDOS	5
3 COMPONENTES DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.....	11
3.1 PLANO DE TRABALHO	12
3.2 MOBILIZAÇÃO INICIAL, LEVANTAMENTO DE DADOS, REUNIÃO INICIAL E VISITA TÉCNICA AO SISTEMA.....	13
3.3 DADOS CARACTERÍSTICOS DA COMUNIDADE E DA REGIÃO	13
3.3.1 <i>Localização</i>	14
3.3.2 <i>Bases e Levantamentos Planialtimétricos</i>	14
3.3.3 <i>Características Físicas e Climáticas</i>	14
3.3.4 <i>Características Urbanas e Socioeconômicas</i>	15
3.3.5 <i>Condições Sanitárias</i>	15
3.3.6 <i>Resíduos Sólidos</i>	15
3.3.7 <i>Drenagem Urbana</i>	16
3.3.8 <i>Características e Exigências Ambientais</i>	16
3.3.9 <i>* Energia Elétrica</i>	16
3.4 ESTUDO POPULACIONAL.....	17
3.5 SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA.....	18
3.6 SERVIÇOS DE SONDAGEM E ENSAIOS GEOTÉCNICOS	19
3.7 PESQUISAS DE INTERFERÊNCIAS	20
3.8 CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	21
3.8.1 <i>Sistemas de Saneamento Básico Existentes</i>	21
3.8.2 <i>Elementos para Concepção do Sistema</i>	27
3.8.3 <i>Alternativas de Concepção Técnica do Sistema</i>	35
3.8.4 <i>Alternativas de Projeto</i>	40
3.9 CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	54

**Prescrições para Elaboração e apresentação de
Estudo Técnico Preliminar**

3.9.1	<i>Sistemas de Saneamento Básico Existentes</i>	54
3.9.2	<i>Elementos para Concepção do Sistema</i>	68
3.9.3	<i>Estudo dos Corpos Receptores</i>	73
3.9.4	<i>Estudo dos Aspectos e Impactos Ambientais</i>	74
3.9.5	<i>Alternativas de Concepção Técnica do Sistema</i>	76
3.9.6	<i>Alternativas de Projeto</i>	76
3.10	ESTUDOS DE COTA DE INUNDAÇÃO.....	89
3.11	ESTIMATIVA DOS SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA	90
3.12	ELEMENTOS PARA OBTENÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	90
3.13	ELEMENTOS PARA OBTENÇÃO DE OUTORGAS	90
3.14	ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA, FINANCEIRA E AMBIENTAL.....	91
3.14.1	<i>Estudo de Viabilidade Econômica e Financeira</i>	91
3.14.2	<i>Estudo de Viabilidade Ambiental</i>	92
3.15	ORÇAMENTO ESTIMATIVO DA ALTERNATIVA ÓTIMA DE PROJETO	93
3.16	RESUMO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.....	93
3.17	ENTREGA FINAL.....	94
3.17.1	<i>Apresentação</i>	94
3.17.2	<i>Finalização do Estudo</i>	94
3.18	OUTROS ELEMENTOS	95

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

1 INTRODUÇÃO

Estudo Técnico Preliminar – ETP de Sistema de Abastecimento de Água e de Sistema de Esgotamento Sanitário é o estudo de arranjos, sob os pontos de vista qualitativo e quantitativo, das diferentes partes de um sistema, organizados de modo a formar um todo integrado, para a escolha da melhor concepção sob o ponto de vista técnico, econômico, financeiro e ambiental.

Para os Sistemas de Abastecimento de Água, no arranjo das suas partes, o pré-dimensionamento e a integração entre elas devem garantir o abastecimento contínuo, sanitariamente seguro e sob condições funcionais de operação, desde a sua implantação até o final do horizonte de projeto.

Para os Sistemas de Esgotamento Sanitário considerar o sistema separador absoluto, conforme definido em norma da ABNT.

O Estudo Técnico Preliminar, quando se tratar de ampliação de sistemas e melhorias de sistemas relativos à introdução de novas unidades e/ou equipamentos, analisará a influência destas modificações nas demais unidades integrantes do sistema.

De acordo com o escopo de contratação descrito no Termo de Referência e/ou em função do porte e da complexidade do Sistema e/ou de qualquer outra justificativa técnica pertinente, a equipe técnica da Sanepar optará por:

- Desenvolver internamente o Estudo Técnico Preliminar (ou Estudo de Concepção) de todo o Sistema ou das unidades operacionais de interesse para o Projeto; ou
- Contratar o Estudo Técnico Preliminar de todo o Sistema ou das unidades operacionais de interesse para o Projeto; ou
- Contratar o Estudo Técnico Preliminar de todo o Sistema ou das unidades operacionais de interesse para o Projeto e incluir nessa mesma contratação o Projeto Básico de Engenharia para o detalhamento da melhor alternativa definida nesse Estudo; ou
- Desenvolver internamente o Projeto Básico de Engenharia de todo o Sistema ou das unidades operacionais de interesse para o Projeto; ou

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

- Contratar o Projeto Básico de Engenharia, sem que esse tenha sido precedido por um Estudo Técnico Preliminar. Nesse caso, a concepção do Sistema será desenvolvida pela contratada na mesma contratação do referido Projeto ou será desenvolvida internamente pela Sanepar, de acordo com as definições presentes no Termo de Referência; ou
- Contratar Projeto Básico de Engenharia em função de concepção definida em Estudo Técnico Preliminar já existente. Nesse caso, durante o Projeto Básico de Engenharia os elementos definidos no Estudo Técnico Preliminar existente devem ser revisados e atualizados, podendo sofrer as alterações que se julgarem necessárias para que o Projeto Básico de Engenharia atenda às necessidades reais e atuais do Sistema dentro do horizonte de projeto definido.

Mesmo que a contratação não seja de um Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência poderá incluir o desenvolvimento de atividades normalmente contempladas em um Estudo Técnico Preliminar, tais como: estudo populacional, cálculo de demandas, entre outras.

Em linhas gerais, o Estudo Técnico Preliminar contemplará todas as atividades descritas neste MPS. Exceções poderão ocorrer em função do porte e/ou da complexidade do Sistema e/ou de outra justificativa técnica cabível. Sempre que a contratada tiver alguma dúvida sobre o escopo da contratação, a mesma deverá questionar a equipe técnica da Sanepar responsável pela contratação.

2 LEIS, NORMAS E DOCUMENTOS A SEREM SEGUIDOS

No desenvolvimento do Estudo Técnico Preliminar deverão ser seguidas as leis, normas, resoluções nacionais pertinentes, e, na falta destas, normas internacionais, com destaque especial aos documentos listados na Tabela 1.

Deverão ser sempre utilizadas as versões mais recentes e vigentes das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e dos documentos e manuais instrutores da empresa.

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

Em caso de cancelamento de leis, normas, documentos citados neste Manual, deverão ser adotados os documentos equivalentes e vigentes definidos pelo respectivo órgão competente.

* Tabela 1 – Leis, normas, documentos a serem seguidos

DOCUMENTO	TÍTULO
Lei Estadual 11.054/1995	Dispõe sobre a Lei Florestal do Estado
*Lei Estadual nº 22.252/2024	Dispõe sobre normas gerais para o licenciamento ambiental no Estado do Paraná
Lei Federal 10.257/2001	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências
Lei Federal 11.445/2007	Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978
Lei Federal 12.651/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências
Lei Federal 13.303/2016	Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
Lei Complementar nº 140/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.
NBR 5626	Sistemas prediais de água fria e água quente – Projeto, execução, operação e manutenção
NBR 5667	Hidrantes urbanos de incêndio de ferro fundido dúctil – Partes 1, 2 e 3
NBR 6484	Solo – Sondagens de simples reconhecimento com SPT – Método de ensaio
NBR 6492	Documentação técnica para projetos arquitetônicos e urbanísticos – Requisitos
NBR 7367	Projeto e assentamento de tubulações de PVC rígido para sistemas de esgoto sanitário
NBR 7968	Diâmetros nominais em tubulações de saneamento nas áreas de rede de distribuição, adutoras, redes coletoras de esgoto e interceptores – Padronização
NBR 8196	Desenho Técnico – Emprego de escalas

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

NBR 9050	Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos
NBR 9648	Estudo de concepção de sistemas de esgoto sanitário – Procedimento
NBR 9649	Projeto de redes coletoras de esgoto sanitário – Procedimento
NBR 9800	Critérios para lançamento de efluentes líquidos industriais no sistema coletor público de esgoto sanitário - Procedimento
NBR 10151	Acústica – Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas – Aplicação de uso geral
NBR 10152	Acústica – Níveis de pressão sonora em ambientes internos a edificações
NBR 12207	Projeto de interceptores de esgoto sanitário
NBR 12208	Projeto de estação de bombeamento ou de estação elevatória de esgoto – Requisitos
NBR 12209	Elaboração de projetos hidráulico-sanitários de estações de tratamento de esgotos sanitários
NBR 12211	Estudos de concepção de sistemas públicos de abastecimento de água – Procedimento
NBR 12212	Projeto de poço tubular para captação de água subterrânea – Procedimento
NBR 12213	Projeto de captação de água de superfície para abastecimento público – Procedimento
NBR 12214	Projeto de estação de bombeamento ou de estação elevatória de água – Requisitos
NBR 12215	Projeto de adutora de água
NBR 12216	Projeto de estação de tratamento de água para abastecimento público – Procedimento
NBR 12217	Projeto de reservatório de distribuição de água para abastecimento público – Procedimento
NBR 12218	Projeto de rede de distribuição de água para abastecimento público – Procedimento
NBR 12266	Projeto e execução de valas para assentamento de tubulação de água, esgoto ou drenagem urbana – Procedimento
NBR 12587	Cadastro de sistema de esgotamento sanitário – Procedimento
NBR 13133	Execução de Levantamento Topográfico – Procedimento
NBR 14486	Sistemas enterrados para condução de esgoto sanitário – Projeto de redes coletoras com tubos de PVC
NBR 16682	Projeto de linha de recalque para sistema de esgotamento sanitário – Requisitos
NBR 16752	Desenho técnico – Requisitos para apresentação em folhas de desenho
NBR 16861	Desenho técnico – Requisitos para representação de linhas e escrita

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

NBR 17006	Desenho técnico – Requisitos para representação dos métodos de projeção
NBR 17015	Execução de obras lineares para transporte de água bruta e tratada, esgoto sanitário e drenagem urbana, utilizando tubos rígidos, semirrígidos e flexíveis
NBR 17067	Desenho técnico – Requisitos para as especificidades das representações ortográficas
NBR 17068	Desenho técnico – Requisitos para representação de dimensões e tolerâncias
NBR 17076	Projeto de sistema de tratamento de esgoto de menor porte - Requisitos
NRs	Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho – MTE
Resolução CONAMA 006/1986	Dispõe sobre a aprovação de modelos para publicação de pedidos de licenciamento
Resolução CONAMA 001/1990	Dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política
Resolução CONAMA 002/1990	Dispõe sobre o Programa Nacional de Educação e Controle da Poluição Sonora – SILENCIO
Resolução CONAMA 237/1997	Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente
Resolução CONAMA 357/2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Alterada pelas Resoluções nº 370, de 2006; nº 397, de 2008; nº 410, de 2009; e nº 430, de 2011. Complementada pela Resolução nº 393, de 2007
Resolução CONAMA 377/2006	Dispõe sobre licenciamento ambiental simplificado de Sistemas de Esgotamento Sanitário
Resolução CONAMA 397/2008	Altera o inciso II do § 4º e a Tabela X do § 5º, ambos do art. 34 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 357, de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. Alterada pela Resolução nº 410, de 2009
Resolução CONAMA 430/2011	Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA
Resolução CONAMA 498/2020	Define critérios e procedimentos para produção e aplicação de biossólido em solos, e dá outras providências. Revoga as Resoluções nºs 375/2006 e 380/2009
*Resolução ANA nº 188, de 20-03-2024	Define os critérios para obrigatoriedade do automonitoramento do uso da água pelos usuários regularizados em corpos de domínio da União.
*Instrução Normativa IPHAN nº 01/2015	Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe
* DECRETO Nº 10.936, DE 12-01-2022	Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
*Decreto nº 9.541, de 10-04-2025	Os procedimentos de licenciamento ambiental protocolados até a data da entrada em vigor da Lei nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024, e deste Decreto permanecerão sujeitos às normas vigentes à época do protocolo, respeitando-se integralmente os direitos adquiridos e o ato jurídico perfeito.

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

Resolução CONFEA nº 361/1991	Dispõe sobre a conceituação de Projeto Básico em Consultoria de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.
*Resolução SEDEST nº 02, de 16-01-2025	Define critérios para o Controle da Qualidade do Ar como um dos instrumentos básicos da gestão ambiental para proteção da saúde e bem estar da população e melhoria da qualidade de vida, com o objetivo de permitir o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná de forma ambientalmente segura.
Resolução SEMA 031/1998	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, autorização ambiental, autorização florestal e anuência prévia para desmembramento e parcelamento de gleba rural, e dá outras providências.
*Instrução Normativa IAT nº 37/2025	Estabelece definições, critérios, diretrizes e procedimentos para o licenciamento ambiental de Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) e Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) no âmbito do Estado do Paraná.
*Instrução Normativa IAT nº 38/2025	Estabelece definições, critérios, diretrizes e procedimentos, para o licenciamento ambiental de Unidade de Gerenciamento de Lodo (UGL) e para o uso agrícola de lodo de esgoto higienizado e produtos derivados processados no estado do Paraná.
*Instrução Normativa IAT nº 42/2025	Estabelece os procedimentos para Autorização de Exploração na modalidade Corte de Árvore Isolada no Estado do Paraná
*Instrução Normativa IAT nº 48/2025	Estabelece critérios e procedimentos para autorização de supressão de vegetação nativa no Estado do Paraná, nos termos que especifica.
*Decreto Estadual nº 9.541/2025	Regulamenta a Lei Nº 22252/2024, que dispõe sobre normas gerais para o licenciamento ambiental no Estado do Paraná
Decreto Estadual 387/1999	Institui o Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente
Portaria SUDERHSA 019/2007	Estabelece as normas e procedimentos administrativos para a análise técnica de requerimentos de Outorga Prévia (OP) e de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos (OD) para empreendimentos de Saneamento e dá outras providências
Portaria IAP 207/1999	Institui o Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanentes
Portaria IAP 256/2013	Aprova e estabelece os critérios e exigências para a apresentação da Declaração de Carga Poluidora, através do Sistema de Automonitoramento de Atividades Poluidoras no Paraná
*Portaria IAT nº 176, de 08-04-2025	Estabelece requisitos, critérios, diretrizes e procedimentos para impermeabilização de lagoas de tratamento, em empreendimentos novos ou em operação localizados no Paraná.
Lei 7.833/1991 – Curitiba	Dispõe sobre a política de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente, revoga a Lei nº 7447/90, o artigo 3º da Lei nº 5263/75 e dá outras providências
Lei 9.806/2000 – Curitiba	Institui o Código Florestal do Município de Curitiba, revoga as Leis nº 8353/93 e 8436/94 e dá outras providências
Lei 10.072/2000 – Curitiba	Altera a redação do § 1º, do art. 22, incisos II, III e IX, do art. 43 e art.44, da Lei nº 9806, de 04 de janeiro de 2000 que “Institui o Código Florestal do Município de Curitiba”
Lei 11.095/2004 – Curitiba	Dispõe sobre as normas que regulam a aprovação de projetos, o licenciamento de obras e atividades, a execução, manutenção e conservação de obras no Município, e dá outras providências
Decreto 1.153/2004 – Curitiba	Regulamenta os Arts. 7º e 9º, da Lei nº 7.833/91, institui o Sistema de Licenciamento Ambiental no Município de Curitiba e dá outras providências
Manual Técnico de Outorgas 2006, Rev. 1, SUDERHSA	Consolida o sistema de outorgas do Estado do Paraná, baseado na Lei Estadual nº 12.726/1999, que institui a Política Estadual de Recursos

**Prescrições para Elaboração e apresentação de
Estudo Técnico Preliminar**

	Hídricos, e no Decreto Estadual nº 4.646/2001, que dispõe sobre o regime de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos
Manual de Outorga ANA	Manual de Procedimentos Técnicos e Administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas
PROBIOGÁS	Guia Técnico de Aproveitamento Energético de Biogás em Estações de Tratamento de Esgoto
PROBIO 1.0	Programa de estimativa de produção de biogás em reatores UASB
FGTS / CAIXA	Manual de Fomento Saneamento para Todos, Caixa Econômica Federal
MOEA	Manual de Obras Elétricas e de Automação e Fabricação de Quadros de Comando, da Sanepar
MOS	Manual de Obras de Saneamento, da Sanepar
MPS	Manual de Projetos de Saneamento, da Sanepar
NTs	Notas Técnicas componentes do MPS, da Sanepar
MPOIM	Manual de Projetos e Obras de Instalações Mecânicas, da Sanepar
MOP	Manual de Obras de Poços Tubulares Profundos, da Sanepar
IA/AMB/0412	Checklist - Requisitos Ambientais em Projetos de Saneamento – Instrução de Apoio, da Sanepar
IT/AMB/0279	Requisitos Ambientais em Projetos de Saneamento – Instrução Técnica, da Sanepar
IT/AMB/0332	Diretrizes Para Estimativa de Emissões Entre Alternativas de Concepção de Projetos
IA/AMB/0460	Ferramenta para Simulação de Emissões para Análise de Alternativas de Tratamento de Efluentes

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

3 COMPONENTES DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O Estudo Técnico Preliminar pode conter os seguintes elementos, conforme orientações do Termo de Referência:

- Plano de Trabalho;
- Mobilização inicial, levantamento de dados, reunião inicial e visita ao sistema;
- Dados característicos da comunidade e da região;
- Estudo Populacional;
- Serviços de Topografia;
- Serviços de Sondagem e Ensaios Geotécnicos;
- Pesquisas de Interferências;
- Concepção do Sistema de Abastecimento de Água – SAA;
- Concepção do Sistema de Esgotamento Sanitário – SES;
- Estudo de alternativas de concepção técnica de projeto;
- Estudos de cotas de inundação;
- Estimativa dos serviços para elaboração do Projeto Básico de Engenharia;
- Elementos para obtenção de Licenciamento Ambiental;
- Elementos para obtenção de Outorgas;
- Estudo de viabilidade econômica, financeira e ambiental;
- Orçamento estimativo da alternativa ótima de projeto;
- Resumo do Estudo Técnico Preliminar;
- Entrega Final;
- Outros Elementos.

Com a promulgação da Lei nº 11.445, em 2007, o setor de saneamento passou a ter um marco regulatório que inseriu no cenário nacional algumas responsabilidades que se aplicam a gestores e prestadores de serviços públicos de saneamento. Dentre as quais, destacam-se os investimentos prudentes, de modo que os consumidores não devem pagar, através da tarifa, por ativos não utilizáveis para a prestação de

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

serviços públicos. A supracitada Lei foi alterada através da Lei nº 14.026, de 2020, que também atualizou o marco legal do saneamento básico.

O agente regulador, no estado do Paraná, reconhece para o cálculo da tarifa somente a parcela aproveitável do ativo, considerando um horizonte de 15 anos.

Conforme metodologia aprovada pelo órgão regulador, o Índice de Aproveitamento (IA) incide sobre: edificações, estações de tratamento de água – ETAs, estações de tratamento de esgoto – ETEs, equipamentos (ETAs e ETEs) e terrenos.

Diante disso, ressalta-se a importância do estagiamento das obras, corroborando com a premissa da regulação por incentivos para realização de investimentos prudentes.

3.1 Plano de Trabalho

O Plano de Trabalho será composto, no mínimo, pelos seguintes itens:

- Descrição sucinta de como a contratada pretende executar o Contrato (ou por meio de quadros resumos), indicando:
 - Elementos e materiais necessários ao desenvolvimento dos estudos e/ou projetos;
 - Quadro resumo com número de frentes de trabalho conforme quadro resumo de alocação dos profissionais da equipe técnica indicados na proposta técnica;
 - Gerenciamento (forma/controle) pela contratada dos serviços terceirizados, indicados na proposta técnica;
 - Incluir os assuntos discutidos e acordados na reunião de início de contrato pertinentes ao Plano de Trabalho;
- Relação e documentos dos profissionais da equipe própria e comprovantes do vínculo empregatício, conforme exigido no edital de licitações;
- Relação e documentos das empresas e/ou profissionais para a realização dos serviços técnicos especializados que necessitem de terceirização para

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

apreciação e aprovação (se houver), e quando aprovadas apresentar os comprovantes do vínculo, conforme exigido no edital de licitações;

- Cronograma Físico e Financeiro para cada UNIDADE do Contrato que existir, com os marcos intermediários;
- Cronograma Físico e Financeiro GERAL da contratação, com os marcos intermediários.

3.2 Mobilização Inicial, Levantamento de Dados, Reunião Inicial e Visita Técnica ao Sistema

A Mobilização Inicial do Contrato visa atender ao objeto em contratação e inclui todos os eventos administrativos e técnicos que viabilizem o desenvolvimento dos trabalhos. Contempla no mínimo:

- Mobilização Inicial da equipe técnica da contratada e da Sanepar;
- Levantamento de dados sobre os serviços contratados junto à Sanepar, Prefeitura, demais fontes de dados disponíveis;
- Levantamento dos dados cadastrais de todas as Unidades contratadas e complementação / validação dos cadastros fornecidos inicialmente;
- Análise dos dados coletados;
- Apresentação resumida do conhecimento técnico dos Sistemas de Saneamento Básico da região em estudo;
- Reunião Inicial de acompanhamento de Contrato;
- * Visita Técnica Inicial ao Sistema, com a participação efetiva in loco dos responsáveis técnicos indicados na licitação;
- Elaboração / apresentação / correção de relatório técnico;
- Outras atividades necessárias para o início do desenvolvimento dos serviços contratados.

3.3 Dados Característicos da Comunidade e da Região

Coletar, analisar e apresentar, no mínimo, os seguintes dados:

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

3.3.1 Localização

Apresentar planta do Estado do Paraná com a localização da cidade, em tamanho A4. Indicar as distâncias aos centros mais importantes através das vias de acesso. Citar altitude e coordenadas UTM (Universal Transversa de Mercator), referenciadas ao Datum SIRGAS2000.

3.3.2 Bases e Levantamentos Planialtimétricos

Verificar a existência e analisar a qualidade, precisão e abrangência dos levantamentos, restituições aerofotogramétricas, fotografias aéreas, plantas topográficas e mapas (inclusive hidrográficos), que serão fornecidos pela contratante.

Quando os elementos cartográficos disponíveis forem insuficientes ou inadequados para a concepção, a contratada informará a Sanepar quais são as necessidades de complementação ou atualização para a Sanepar providenciá-las, ou para a contratada providenciá-las caso esteja definido no Termo de Referência da Contratação.

3.3.3 Características Físicas e Climáticas

Apresentar as seguintes informações:

- Temperaturas máximas, médias, mínimas mensais e médias anuais;
- Direção predominante e velocidade média dos ventos;
- Apresentar séries históricas de dados meteorológicos e pluviométricos, ressaltando a ocorrência de precipitações intensas e estiagens. Deverão ser os mesmos dados utilizados nos estudos hidrológicos;
- Hidrografia citando estações pluviométricas e fluviométricas disponíveis na região para estudo de disponibilidade hídrica e cota de inundação.

Analizar todos os dados apresentados, focando na elaboração e desenvolvimento do Estudo Técnico Preliminar. A descrição deve ser objetiva e restrita ao enfoque do trabalho, abrangendo apenas os dados que possam efetivamente influir na implantação ou ampliação de sistema de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário objeto do Estudo.

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

3.3.4 Características Urbanas e Socioeconômicas

Descrever as características urbanas levando em consideração:

- Planos diretores ou urbanísticos, de uso e ocupação do solo, se existentes, citando e avaliando seus pontos principais;
- Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, citando os principais compromissos e metas de atendimento;
- Planos de implantação de obras públicas municipais, estaduais e federais, e de obras privadas com solicitação de viabilidade de atendimento, que devam ser consideradas no Estudo;
- Existência de poços artesianos particulares e outras fontes alternativas de suprimento de água utilizadas na área em estudo.

3.3.5 Condições Sanitárias

* Apresentar informações sobre as condições sanitárias do município, contemplando a população atendida com água tratada e com sistema de esgotamento sanitário.

3.3.6 Resíduos Sólidos

Para o resíduo sólido urbano informar se a disposição final ocorre em lixão, aterro controlado ou aterro sanitário, indicando se o mesmo possui licenciamento ambiental. Inserir sua localização em mapa e informar coordenadas geográficas de sua localização no sistema UTM, Datum SIRGAS2000.

Descrever se a prefeitura tem alguma restrição quanto ao recebimento no aterro sanitário, do lodo gerado nas estações de tratamento de água, do material retido na grade, no desarenador, da escuma desaguada e líquida, do lodo de esgoto da estação de tratamento e/ou estações elevatórias de esgoto.

Avaliar se há lei municipal impedindo ou restringindo a reciclagem agrícola de lodo de esgoto.

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

3.3.7 Drenagem Urbana

* Informar se há drenagem urbana na área de estudo e identificar através de mapas a rede de águas pluviais com localização dos lançamentos, quando disponibilizado pela Prefeitura.

3.3.8 Características e Exigências Ambientais

Descrever a legislação relevante em relação aos aspectos ambientais. Indicar a existência de áreas legalmente protegidas (áreas de preservação permanente – APPs, unidades de conservação – UCs, terras indígenas, áreas quilombolas, sítios arqueológicos) e de áreas com restrições ambientais.

Citar, localizar em planta e levar em consideração as leis e posturas em vigor na localidade no que dizem respeito a: rios e lagos (informar classe), canais, fundos de vale, APPs, UCs, terras indígenas, áreas quilombolas, sítios arqueológicos, reservas legais, parques públicos, que possam afetar ou interferir no projeto ou na implantação do sistema de esgotamento sanitário e nos planos de recursos hídricos existentes ou em execução.

Já na fase de ETP, a contratada deverá observar os seguintes documentos da Sanepar, em suas versões vigentes: IT/AMB/0279 Requisitos Ambientais em Projetos de Saneamento, e IA/AMB/0412 Checklist Requisitos Ambientais em Projetos de Saneamento (um checklist das questões ambientais legais a serem observadas em projetos de saneamento relativas a: Licenciamento e Outorga, localização, leiaute geral, cobertura vegetal).

3.3.9 * Energia Elétrica

Quando aplicáveis às unidades localizadas e pertinentes ao estudo de alternativas, a contratada deve informar qual a empresa concessionária de energia elétrica que atende a unidade localizada em questão e descrever os seguintes dados do sistema de energia elétrica existente no local: tensão, frequência, tipo de

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

transformador existente, alterações previstas, duração e frequência das interrupções de fornecimento, tarifas e modalidades de contrato para a Sanepar.

3.4 Estudo Populacional

Desenvolver o estudo populacional do sistema em conformidade com os critérios de norma específica (ABNT) e baseando-se em maior número de elementos disponíveis, tais como:

- Dados censitários do IBGE (população e domicílios);
- Históricos de dados demográficos e projeções populacionais do IPARDES;
- Histórico da evolução do número de consumidores residenciais de energia elétrica da COPEL ou concessionária de energia elétrica;
- Histórico da evolução do número de economias domiciliares de água da Sanepar, inclusive considerando as ligações desligadas e/ou inativas;
- Dados de consumos de água registrados pela Sanepar;
- Dados fornecidos pela Prefeitura (evolução do número de habitações cadastradas e/ou de alvarás de construção concedidos);
- Avaliação de projetos e estudos demográficos existentes da Sanepar e dos demais órgãos oficiais (PMSB, Plano Diretor, etc.);
- Tendências de ocupação demográfica;
- Densidades demográficas atuais das partes da cidade com características diferentes;
- Loteamentos aprovados pela prefeitura;
- Contagem direta em mapas aerofotogramétricos, aerofotos, citando o ano em que foram realizados;

Submeter os dados levantados a tratamento estatístico, utilizando os diversos métodos de estimativa populacional, tais como: linear, parabólico, exponencial, logarítmico, entre outros. Através das equações de ajuste obtidas, a partir do ano de início de operação do sistema, extrapolar as curvas para o ano final do horizonte de projeto, ano que será definido no Termo de Referência ou no início da contratação junto com a contratante. Na definição do ano final do horizonte de projeto levar em

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

consideração que o agente regulador, no estado do Paraná, reconhece para o cálculo da tarifa somente a parcela aproveitável do ativo, considerando um horizonte de 15 anos.

Analizar eventuais fatores isolados que possam ter afetado o crescimento num determinado período (instalações industriais, indústrias de grande porte, centros universitários, centros médicos, etc.). Neste estudo, após definição da tendência de crescimento, a extração da curva adotada deverá partir da população inicial real.

Para uma melhor avaliação do potencial de crescimento do município, comparar o crescimento da cidade em estudo com cidades da mesma região e de porte semelhante.

Definir a população flutuante ou temporária, caso houver, e a sua evolução nos sistemas onde influenciar significativamente.

Definir a população de saturação da área de projeto e o ano previsto para sua ocorrência, quando este dado for relevante para o Estudo.

O dimensionamento dos componentes do sistema deverá ser elaborado para diversos períodos de projeto a fim de possibilitar a determinação do período ótimo das unidades construtivas, levando em consideração as diretrizes da Regulação.

Considerar o tempo necessário para desenvolvimento do projeto, obtenção de recursos e implantação da obra.

A estimativa populacional deve ser muito criteriosa, com o objetivo de incentivar a concessionária a realizar investimentos prudentes a fim de evitar que consumidores paguem indevidamente por investimentos executados de maneira imprudente, considerando o cenário de Regulação no qual a concessionária está inserida.

3.5 Serviços de Topografia

Nos casos em que o Termo de Referência indicar a necessidade da contratada realizar levantamentos topográficos, os mesmos deverão ser desenvolvidos com o intuito de subsidiar os demais elementos do Projeto Básico de Engenharia e deverão seguir as orientações contidas no Manual de Obras de Saneamento – MOS da

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

Sanepar, no Módulo Topografia do Manual de Projetos de Saneamento – MPS da Sanepar, e nas Normas Técnicas da ABNT.

* O profissional responsável pela elaboração dos serviços topográficos deverá emitir uma Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou Termo de Responsabilidade Técnica - TRT. Quando forem elaborados memoriais descriptivos para a legalização deverá ser observada as orientações do Módulo 9.7 do MPS.

* Os serviços de campo devem, obrigatoriamente, ser supervisionados pelo engenheiro pertencente ao quadro técnico da empresa contratada. A execução de serviços em finais de semana e feriados devem ser pré-aprovadas pelo gestor do contrato. A participação do engenheiro deve ser comprovada no relatório fotográfico.

* Quando houver necessidade de estudos de cota de inundação, observar o Módulo 12.1, pois os levantamentos topográficos devem ser quantificados em separado. A GGAM poderá ser consultada para auxiliar na identificação e quantificação dos levantamentos topográficos.

3.6 Serviços de Sondagem e Ensaios Geotécnicos

Os serviços de sondagens e os ensaios geotécnicos, quando solicitados no Termo de Referência, devem ser elaborados conforme as Normas Técnicas específicas da ABNT (NBRs), os Módulos do MPS: Prescrições para Projeto Básico Geotécnico, Ensaio e Sondagem e Prescrições para Projeto Básico de Desmonte de Rocha e Sondagem Mista, e o Manual de Obras de Saneamento – MOS, da Sanepar.

Devem ser realizados por empresa especializada previamente aprovada pela Sanepar. A empresa especializada deverá elaborar um plano de execução dos serviços de sondagem e dos ensaios geotécnicos, indicando a locação e a profundidade dos furos em leiaute, o qual deverá ser submetido à aprovação da Sanepar antes da realização dos serviços em campo.

* Os serviços de campo devem, obrigatoriamente, ser supervisionados pelo engenheiro pertencente ao quadro técnico da empresa contratada. A execução de

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

serviços em finais de semana e feriados devem ser pré-aprovadas pelo gestor do contrato. A participação do engenheiro deve ser comprovada no relatório fotográfico.

3.7 Pesquisas de Interferências

As Pesquisas de Interferências devem ser realizadas quando solicitadas no Termo de Referência da contratação. O serviço de pesquisa de interferências corresponde ao item 0301 Pesquisa e Remanejamento de Interferências do Manual de Obras – MOS, da Sanepar, e inclui sinalização de segurança, retirada e recomposição de pavimentos e demais serviços necessários, conforme o item 0301 do MOS.

Cada pesquisa deve ser de no mínimo 2,4 m³ (considerando as dimensões mínimas de 2,0 m de comprimento x 0,6 m de largura x 2,0 m de profundidade), e o boletim a ser apresentado para cada pesquisa deve conter, minimamente:

- * Croqui esquemático de localização da pesquisa representando as interferências encontradas, ou seja, quaisquer obstáculos superficiais (postes, muros, cercas, árvores, caixas, etc.) e subterrâneos (caixas, redes de distribuição de água, de coleta de esgoto, de galerias de águas pluviais, de energia elétrica, telefônica, gás, etc.), incluindo dimensões e amarrações com pontos de referência;
- Registro fotográfico;
- Indicação do tipo de solo, espessura de camadas e presença de nível de água (se ocorrer).

* Os serviços de campo devem, obrigatoriamente, ser supervisionados pelo engenheiro pertencente ao quadro técnico da empresa contratada. A execução de sondagens em finais de semana e feriados devem ser pré-aprovadas pelo gestor do contrato. A participação do engenheiro deve ser comprovada no relatório fotográfico.

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

3.8 Concepção do Sistema de Abastecimento de Água

3.8.1 Sistemas de Saneamento Básico Existentes

Apresentar plantas gerais dos sistemas de água e de esgoto existentes, em escala conveniente, contendo as áreas abastecida e esgotada atuais, os pontos de captação de água e de lançamento dos efluentes atuais e futuros (coordenadas UTM referenciadas ao Datum SIRGAS2000), as áreas de contribuição de cada ponto de lançamento de efluentes e as previsões de ampliação a curto, médio e longo prazos dos sistemas de água e de esgoto.

Apresentar dados cadastrais do SAA e do SES, citando projetos existentes e não implantados e obras previstas ou em andamento. * Sobre o sistema de resíduos sólidos, nas plantas gerais dos sistemas de água e de esgoto incluir a localização dos aterros sanitários e/ou lixões existentes no município. Descrever as principais características deste sistema.

3.8.1.1 Sistema de Esgotamento Sanitário existente

Descrever resumidamente o sistema de esgotamento sanitário, incluindo dados de população atendida, níveis de atendimento, números de ligações e de economias, extensão de rede. Indicar a porcentagem de tratamento do esgoto com relação ao total coletado. Citar as principais unidades operacionais componentes do sistema com suas características relevantes.

3.8.1.2 Sistema de Abastecimento de Água existente

Elaborar relatório completo contendo análise da situação operacional do sistema existente, baseado no diagnóstico operacional da Sanepar e na visita local.

* Descrever o sistema de abastecimento de água, apresentando o Leiaute Geral com base no croqui e cadastro do sistema existente, contemplando as unidades operacionais, o conjunto de projetos existentes e o as built da obra, informando:

- Ano de elaboração;
- Obras previstas ou em andamento.

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

De maneira geral, deverão ser relatadas as condições do sistema, a partir da visita técnica ao local, documentário fotográfico digital e análise de cada unidade operacional.

Os dados fornecidos pela Sanepar podem ser utilizados como base, porém para descrição do sistema existente essas informações devem ser conferidas em campo.

3.8.1.2.1 Mananciais

Descrever cada manancial utilizado (superficial ou subterrâneo) conforme Anexo B da NBR 12.211. No caso de mananciais superficiais indicar vazões outorgadas, citando as Portarias de Outorga e validade. Comparar vazão outorgada com aquela monitorada (efetivamente captada), tecendo comentários sobre possíveis discrepâncias.

No caso de mananciais subterrâneos apresentar a avaliação das condições de exploração dos poços existentes quanto à vazão captada e o atendimento à Outorga (consulta ao SIA - Sistema de Informações Ambientais). Apresentar e analisar o Boletim de Avaliação das Condições de Exploração-BACE de cada poço, indicando o melhor aproveitamento do manancial. Verificar demais Outorgas existentes no aquífero atualmente utilizado e condições de ocupação e conservação das áreas de recarga.

Quanto à qualidade da água, deverão ser apresentadas todas as informações operacionais disponíveis para a água bruta quando existentes do último ano, principalmente de cor e turbidez. Se existirem, incluir dados de sólidos suspensos totais e granulometria dos mesmos. Tais dados serão úteis para avaliação da possibilidade e/ou necessidade de modificação do sistema de captação (direta/indireta) ou instalação de desarenadores e pré-sedimentadores.

* Se disponível, apresentar também o número de amostras, com os respectivos parâmetros e concentrações do manancial.

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

3.8.1.2.2 Captações

Descrever cada captação utilizada conforme Anexo B da NBR 12.211, contemplando dados operacionais, contendo: vazões e níveis mínimos e máximos, condições e/ou problemas de funcionamento (assoreamento, falta de descargas de fundo, entupimentos, equipamentos elétricos, etc.), controle da operação e da manutenção. Citar condições de acesso à mesma e de fornecimento de energia elétrica.

Incluir registros de inundações ou situações de secas severas (vestígios ou registros dos operadores).

No caso de captação subterrânea, incluir na descrição os poços não operantes existentes no sistema, indicando as vazões outorgadas ou recomendadas na Ficha Conclusiva da Gerência de Hidrogeologia e/ou registros de nível mínimo de operação.

Realizar considerações sobre os aspectos construtivos e avaliar disponibilidade de área para ampliação/modificação da mesma, indicando a área útil disponível.

3.8.1.2.3 Estações Elevatórias

Para cada elevatória existente, identificar o tipo, marca, modelo e ano de fabricação e de instalação das bombas. Descrever características cadastrais da estação e acessórios. Levantar informações do controle operacional (vazões e pressões médias, máximas e mínimas para cada conjunto moto bomba, isolados e em paralelo ou em série, níveis mínimos e máximos do poço de sucção, tensões e correntes, tempos de funcionamento médios, mínimos e máximos), condições de funcionamento e estado de conservação / problemas (ruídos, vibrações, cavitação, troca frequente de rotores, falta de reserva, quedas de energia, baixo fator de potência, eficiência de bombeamento, bombas funcionando em sua capacidade limite, etc.).

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

3.8.1.2.4 Adução

Descrever, para cada adutora, o tipo, características cadastrais da mesma, tais como idade, extensão, material, tipos de juntas, diâmetro, dispositivos de proteção e acessórios tais como TAPs para pitometria, com descrição da respectiva função e localização. Coletar informações do controle operacional (vazões e pressões mínimas e máximas), condições atuais de funcionamento e problemas existentes (inadequação de manobra das válvulas, vazamentos em ventosas e/ou juntas, rupturas, esmagamento, descargas inoperantes, ocorrência de ar na linha, baixa capacidade de transporte, pressões muito altas ou baixas, problemas em travessias, partes sujeitas a vandalismo, etc.). Citar dados de planejamento e controle da operação e da manutenção e estado de conservação (tuberculização, incrustações, fissuras, corrosão, etc.). Coletar dados históricos registrados na área de supervisão ou controle operacional e confirmar ou atualizar as informações em visita ao local.

* Identificação das interferências e travessias (rodovias, ferrovias, cursos de água, entre outras). Além de, incluir registros de inundações (vestígios ou registros dos operadores).

3.8.1.2.5 Tratamento

Descrever o(s) sistema(s) de tratamento existente(s) conforme o Anexo B da NBR 12.211 e conforme as Diretrizes de Projeto de Tratamento de Água, do MPS da Sanepar, adicionando as informações solicitadas a seguir.

Apresentar as condições operacionais e de manutenção, os parâmetros do processo, vazões e tempos de funcionamento médios, mínimos e máximos, o sistema de controle do processo, dificuldades no processo de tratamento (especificamente no que diz respeito ao atendimento da legislação vigente no país e questões operacionais), problemas em determinado processo, perdas excessivas, lavagens com frequências inadequadas, dosagens deficientes, condições inseguras aos operadores, etc. Citar ainda, parâmetros operacionais, tais como: velocidades, frequência e forma de lavagem de filtros e descarga de decantadores, tempos de detenção e eficiências. Descrever o sistema de automação da ETA.

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

Quanto à qualidade da água tratada, deverão ser apresentadas todas as informações operacionais disponíveis do último ano (no mínimo).

Descrever o sistema de tratamento dos efluentes da ETA (água de lavagem de filtro e descarga de decantador/flotador). Apresentar geração de efluentes líquidos e sólidos descrevendo a forma de coleta, tratamento e gerenciamento/disposição dos mesmos (ETL). Na inexistência de um sistema de tratamento de efluentes, indicar forma, volumes, regimes de lançamento e corpo receptor discorrendo genericamente sobre as características do mesmo, usos à jusante do despejo e os impactos provocados.

Caracterizar os produtos químicos utilizados, condições de laboratório, equipamentos, planejamento de aquisição, controle e armazenamento de produtos.

Avaliar e descrever condições físicas das obras civis e disponibilidade de área para ampliação do tratamento indicando metragem útil disponível.

Descrever também as condições de acesso à área da ETA e às suas unidades internas em relação ao atendimento a necessidade operacional para veículos pesados: caminhão de retirada de lodo, caminhão hidrojato, caminhão Brooks, caminhões limpa fossa, entre outros. Verificar ângulo das curvas (raio de curvatura) dos acessos, capacidade suporte da base, existência de indicativos de falta de capacidade suporte, infiltração e comprometimento da base.

3.8.1.2.6 Reservatórios

Descrever, para cada reservatório, volume nominal e útil, forma e tipo de material, características cadastrais, tais como tipo (elevado, apoiado, enterrado ou semi-enterrado), dimensões, função (poço de sucção ou reservatório de acumulação) cotas de fundo, laje superior, volume útil e efetivo do reservatório, rebaixos e câmaras. Descrever as entradas e saídas (inclusive limpeza e by-pass do reservatório), com cotas da geratriz inferior de cada tubulação, diâmetros, materiais, tipos de juntas e posições e a existência de curto-circuito.

Descrever os acessórios e suas respectivas funções, o modo de operar em relação a paradas, limpezas, extravasamentos, automação em relação à vazão de

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

entrada e saída e em relação aos níveis. Levantar informações do controle operacional (vazões e níveis com suas respectivas cotas, médias, máximas e mínimas), condições atuais e problemas existentes (extravasamentos constantes, ampla flutuação de níveis, sistema de inspeção com falhas de segurança e/ou acesso inadequado, admissão de ar, volume total não aproveitado, problemas estruturais, de impermeabilização e de segurança, deficiência dos dispositivos de limpeza, declividade das lajes e tempo de esvaziamento para limpeza, falta de para-raios, etc.).

Citar informações sobre planejamento e controle da operação, tais como instalação de medidores de vazão e pressão, coleta instantânea de dados, alarmes, segurança, etc.

Citar se há disponibilidade de terreno e possibilidade de ampliação.

3.8.1.2.7 *Rede de Distribuição*

Resgatar o cadastro técnico da rede com a Gerência Regional e identificar, junto com a equipe de manutenção de redes, eventuais correções e atualizações do cadastro.

Apresentar, para cada zona de pressão, características cadastrais de rede, tais como: diâmetros, materiais e tipos de juntas das tubulações, ligações (planta iluminada ou cadastro de clientes), ano de implantação, localização de acessórios (elevatórias/boosters, válvulas de controle, com respectiva função, válvulas de manobra, descargas e ventosas e outros tipos de proteções).

Levantar informações oriundas do controle operacional:

- Vazões (média, máxima e consumo mínimo noturno);
- Pressões dinâmicas (média, mínima e máxima);
- Levantar dados de planejamento, controle da operação e manutenção, oriundas de dados de campo e dados registrados na área de operação, para a execução dos itens a seguir;
- Operação e Controle Operacional;
- Descrever o método de operação do sistema com todos os detalhes relevantes;

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

- Sistemas Elétricos e de automação;
- Descrever tipo e capacidade, características principais dos equipamentos, dispositivos de proteção e comando, condições de funcionamento e estado de conservação;
- Descrever a estrutura e funcionamento do sistema utilizado para controle de perdas de água.

3.8.2 Elementos para Concepção do Sistema

3.8.2.1 Diagnóstico do Sistema existente

Com base nas informações levantadas, elaborar um relatório sintetizado da situação operacional, considerando as diferentes zonas de pressão e áreas de influência das partes do sistema.

Demonstrar as principais deficiências tais como velocidades altas, perdas excessivas e baixo rendimento no tocante à captação, tratamento, reservação, distribuição, instalações hidráulicas, eletromecânicas, obras civis, controle operacional e etc.

Apresentar diagnóstico com análise da situação atual dos mananciais utilizados, identificando sua capacidade atual de atendimento da população com base no critério de Outorga (conforme Manual Técnico de Outorga) e de suprimento das demandas futuras em projeções para curto, médio e longo prazo. Analisar os principais problemas relacionados com a situação das fontes de água bruta, citar as estruturas hidráulicas existentes (por exemplo: soleiras vertentes, barragem de regularização de nível, barragem de regularização de vazão, empreendimentos hidrelétricos, etc.) e comentar as condições atuais.

* Apresentar diagnóstico quanto à análise do sistema de tratamento (ETA e ETL), conforme Diretriz de Estudos e Projetos de Tratamento de Água.

Os dados deverão ser obtidos junto à Sanepar e/ou órgão competente ou gerados caso não estejam disponíveis.

Confrontar os volumes efetivos com a demanda de armazenamento atual para as respectivas zonas de influência/zonas de pressão.

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

Diagnosticar com base nas informações repassadas pela Sanepar e/ou nas solicitações do Termo de Referência, as condições atuais de perdas de água no sistema e avaliar quando possível:

- Furos frequentes devido à corrosão e/ou tubulação não revestida;
- Vazamentos frequentes em juntas;
- Vazamentos em conexões com materiais metálicos diferentes;
- Alto consumo mínimo noturno;
- Alto consumo *per capita*, exceto indústrias e grandes consumidores (clientes especiais);
- Alto índice de perdas;
- Baixo valor de *per capita* domiciliar;
- Índice impreciso de perdas de água;
- Resultados deficientes na detecção de vazamentos;
- Resultados deficientes em testes de medição;
- Resultados deficientes no controle setorizado da rede;
- Afloramento de água;
- Controle insuficiente de golpe de Aríete e de outros transientes hidráulicos;
- Ligações clandestinas;
- Medição parcial;
- Hidrômetros imprecisos;
- Válvulas deficientes;
- Ventosas deficientes.

Quando existirem dados disponíveis e for solicitado no Termo de Referência, apresentar avaliações que contenham informações sobre a integridade física da rede de distribuição quanto a:

- Rupturas em conexões e/ou material de conexão pouco resistente e/ou contato com outras estruturas;
- Rupturas abaixo do lençol freático;
- Rupturas em solo argiloso e/ou solos com baixa resistência e/ou meio ambiente externo corrosivo;

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

- Rupturas em águas salgadas (quando for o caso);
- Rupturas circulares frequentes;
- Esmagamentos frequentes de tubulação e/ou baixa capacidade de suporte de carga – ovalização excessiva;
- Rupturas longitudinais frequentes;
- Alto índice de ruptura no inverno e/ou congelamento devido à profundidade insuficiente;
- Rupturas em tubulações sujeitas a tráfego pesado;
- Taxa crescente de rupturas e/ou controle e manutenção inadequada;
- Registro de picos de pressão e/ou válvula redutora de pressão inadequada.

Se solicitado no Termo de Referência, diagnosticar a capacidade de transporte da rede de distribuição, identificando:

- Água turva;
- Admissão e eliminação de ar em pontos altos;
- Baixa pressão com alto consumo;
- Baixa eficiência de bombeamento e/ou capacidade de recalque inadequado;
- Baixa capacidade de transporte (coeficiente de rugosidade - fator C);
- Resultados deficientes de testes de hidrantes (pressão mínima x capacidade de vazão);
- Conjuntos motobombas funcionando em sua capacidade limite ou fora do ponto de operação;
- Incrustações ou tuberculizações dos tubos;
- Velocidades excessivas;
- Ampla flutuação de níveis nos reservatórios e/ou reservação insuficiente.

Apresentar avaliação da qualidade da água, conforme solicitações do Termo de Referência, quanto a:

- Reclamação de água suja;
- Descargas inoperantes e/ou excesso de pontas de rede;

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

- Características incrustantes ou corrosivas, podendo ser utilizado o Índice de Langelier;
- Reclamação de água avermelhada;
- Reclamação de água esbranquiçada;
- Reclamação da alteração da qualidade em relação a sabor e odor.

Levantar informações sobre condições atuais e problemas existentes, conforme Termo de Referência:

- Tubulações em terrenos privados ou sob edificações ou alinhamento predial;
- Tubulações fora de padrão (em relação a material, diâmetro e outros).

Apresentar quadro resumo por material, diâmetro e tipo de junta, constando as extensões e a localização (rede simples ou dupla).

3.8.2.2 Estimativa da população

Atender ao Item 3.4 Estudo Populacional deste documento.

3.8.2.3 Zonas Características de Abastecimento

Delimitar a área para a qual será projetado o sistema, dividindo a mesma em quantas zonas características forem necessárias, observando o padrão de ocupação atual e tendências futuras. Estas zonas características deverão ser geradas em cada época notável de projeto em função das densidades demográficas e do consumo per capita. Cada zona característica poderá se subdividir em subzonas para auxiliar o desenvolvimento do projeto.

Para a fixação das densidades demográficas e padrão de ocupação nas diversas áreas urbanas, verificar o atendimento aos instrumentos de planejamento municipal do Estatuto da Cidade, em especial o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Observar os demais instrumentos da legislação da cidade acerca do plano

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

de desenvolvimento urbano, dentre os quais a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano (Zoneamento), Lei de Parcelamento do Solo para Fins Urbanos, Lei do Perímetro Urbano e da Expansão Urbana, entre outros. Avaliar a disponibilidade e custo de dados georreferenciados da região.

Apresentar as zonas residenciais, comerciais e industriais da cidade quando houver esta divisão.

Para a fixação dos consumos per capita nas diversas áreas urbanas, verificar os dados operacionais do rol de leitura (micromedido) ou verificar o consumo por inscrição imobiliária e informações dos macromedidores instalados nas redes de distribuição, quando houver. Cuidado deve ser tomado quanto às demandas reprimidas que podem existir.

Após definidas, as zonas características serão descritas em termos de sua natureza e amplitude. O padrão de ocupação atual e futuro serão definidos em termos de sua utilidade na avaliação de vazões e do estagiarmento do sistema. As áreas de expansão deverão ser avaliadas considerando a influência que exerçerão sobre o sistema de abastecimento de água.

Apresentar as zonas características em planta, na escala 1:5.000 ou 1:10.000, constando as áreas de projeto, inclusive as áreas de expansão, com arruamentos e lotes projetados. Indicar na planta os clientes especiais (grandes consumidores), com a vazão consumida individual.

3.8.2.4 Demanda de água

De acordo com as características da área de projeto, deverão ser adotados valores de consumo per capita e densidades demográficas diferenciadas, conforme definido no Item anterior.

Para definição da taxa (ou taxas) per capita, apresentar estudos de consumo e de demanda de água, baseados em dados operacionais do volume micromedido e das perdas, a menos que ocorram condições que causem distorções nesses dados, tornando-os não confiáveis. Nesse caso, apresentar em relatório, os efeitos e possibilidades de solução. Calcular e apresentar, em tabelas, o número de habitantes

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

totais e abastecidos e as vazões mínimas, médias e máximas por zona e totais da cidade, anualmente, até o fim do plano. Estas vazões serão examinadas para se efetuar o estudo técnico, econômico e financeiro, para definição das etapas de execução das unidades construtivas.

Validar os índices de perdas, metas de redução, com a unidade operacional ao longo da elaboração do estudo.

Identificar e localizar (em mapas) os grandes consumidores (clientes especiais), ligados ou não ao sistema de abastecimento de água e/ou esgoto, classificados de acordo com o porte do sistema;

Mapear as zonas características, ou seja, de áreas com consumos per capita diferenciados da cidade.

Descrever as possíveis ampliações das indústrias atualmente instaladas, bem como o potencial do crescimento industrial e comercial da localidade, em termos de abastecimento de água e lançamento de despejos, obtendo estas informações junto a órgãos oficiais.

Determinar as vazões de cálculo de cada uma das partes do sistema, considerando os seguintes aspectos:

- Zonas características do SAA: população abastecível e aspectos urbanos;
- Existência de poços artesianos particulares e outras fontes alternativas de suprimento de água utilizadas na área em estudo;
- Perdas atuais no sistema e tendências futuras (consumos não medidos, perdas físicas e operacionais);
- Clientes especiais (indústrias, condomínios e outros) que deverão usar o sistema e suas características: fonte alternativa de suprimento de água, horário de funcionamento, demanda máxima de água, regime de utilização da água;
- Demandas públicas, comerciais e de incêndio: coeficientes a serem considerados, através de dados conhecidos ou adotados segundo as características da comunidade.

Apresentar planilhas-resumo de cada:

- Zona característica;

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

- Zona de pressão;
- Ponto de concentração (elevatórias, ETA, reservatórios); e,
- Geral.

Os resumos deverão estar correlacionados com a população abastecível correspondente e serão efetuados anualmente para todo o período de projeto.

Devem conter, no mínimo, as seguintes informações: população total, população atendida, percentual de atendimento, número de ligações e de economias domiciliares existentes e incrementais, extensão de rede existente e projetada, per capita adotado ($l/hab. \times dia$ e em $m^3/econ. dom \times mês$), índice de economias domiciliares/ligações totais, vazões (média e máxima diária, máxima horária e mínima).

A vazão de abastecimento é uma função da taxa per capita e dos coeficientes de variação diária e sazonal. Essa vazão será colocada em termos unitários por área de influência de distribuição, para o dimensionamento da rede.

Considerar as vazões demandadas por clientes especiais (grandes consumidores) isoladamente, concentradas de valor significativo, que serão consideradas em valor total, no ponto de solicitação. Quando estes clientes se localizarem fora da área de projeto ou quando for do interesse da Sanepar, deverá ser verificada a viabilidade econômica e financeira do atendimento.

Considerar clientes com grandes consumos sazonais tais como parques de exposição, estádios de futebol, locais de aglomeração pública.

Consultar a área operacional local para identificar os clientes especiais e consumos sazonais.

Analizar o equilíbrio entre a disponibilidade e demanda de água.

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

Cálculo das Vazões de Abastecimento

Na determinação da demanda de água, verificar os critérios estabelecidos na norma técnica correspondente para cálculo das vazões. Para o cálculo das vazões de abastecimento, considerar os seguintes valores:

- Consumo de água *per capita* diferenciado;
- Densidade demográfica;
- Área de expansão;
- Perdas do SAA.

Cálculos que devem ser apresentados conforme norma técnica correspondente e literatura, se necessário:

- Vazão de produção relativa ao dia de maior consumo (1) – utilização de K_1 ;
- Vazão de distribuição relativa à hora de maior consumo – utilização de K_1 e K_2 .

Em (1), as variações de vazão durante o período de projeto poderão ser obtidas a partir da previsão de variação das densidades na área (hab/ha), no período de projeto, utilizando extensão de área em hectare.

Os valores de K_1 e K_2 devem ser baseados em justificativas técnicas ou estudos de campo.

* Para determinação do valor da taxa *per capita* de água deverão ser considerados, além do consumo micromedido, as perdas do SAA conforme definidas em conjunto com a Sanepar. Atentar para as demandas reprimidas que influenciam estes valores.

3.8.2.5 Modelo Hidráulico do Sistema existente

* Realizar e apresentar a modelagem hidráulica da operação do sistema por meio de software específica de simulação hidráulica compatível com o utilizado pela Sanepar. Verificar metodologia estabelecida nas diretrizes da Sanepar, conforme Módulo 10.2 do MPS.

Detalhes serão definidos no Termo de Referência.

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

3.8.3 Alternativas de Concepção Técnica do Sistema

Uma alternativa de concepção técnica é aquela que tem possibilidade de solucionar o problema do sistema, de uma maneira completa, integrada e sustentável, envolvendo aspectos técnicos, operacionais, ambientais, econômicos e financeiros. Deve estar baseada em conceitos de comprovada eficiência técnica.

3.8.3.1 Geração das Alternativas de Concepção tecnicamente viáveis

Com base na análise dos elementos de concepção, serão identificadas as necessidades do sistema e, de modo organizado, planejado e competente, serão geradas alternativas de concepção que apresentem total compatibilidade entre as suas partes (projetadas e existentes).

O número de alternativas de concepção deverá ser abrangente, contendo no mínimo três (3), sendo que uma delas deverá ser definida para a geração das alternativas de Projeto. Poderão surgir várias alternativas de concepção, inclusive pela combinação das várias possibilidades de solução para as diversas unidades do sistema.

As alternativas consideradas inviáveis tecnicamente, economicamente, financeiramente, socialmente e/ou ambientalmente, deverão ser citadas, justificadas e submetidas à avaliação da Sanepar.

Se houver uma modificação qualquer na composição global do sistema, isto deverá ser tratado como um fato gerador de nova alternativa de concepção e não de uma sub-alternativa.

As alternativas deverão ser tratadas de modo global, analisando-se a integração entre as diversas partes do sistema, em termos de sua composição, características principais, eficiência, capacidade, localização, vias de acesso, disponibilidade de instalações elétricas adequadas, além de suas restrições e aspectos condicionantes, tais como: ambientais, legalização de imóveis, impacto de vizinhança, uso, em casos excepcionais, da faixa de domínio de concessionárias

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

(rodovias, ferrovias, etc.), demanda de desapropriação, necessidade de reassentamento de famílias, eficiência energética.

No processo de definição de uma área para a implantação de uma nova unidade localizada deverão ser analisados aspectos ambientais e de legalização dos imóveis. Deverá ser previamente levantado se a área pretendida, total ou parcial, corresponde a uma área legalmente protegida (APP, UC, terra indígena, área quilombola, sítio arqueológico); se faz parte de um parque público, se possui reserva legal, se há contaminação pretérita, se tem pendências judiciais.

Deverá também ser feita uma observação da área procurando identificar se existem árvores nativas. Sempre que possível, prever a instalação das estruturas no local no qual não haja árvores nativas.

Neste processo de definição de uma área atender também aos critérios constantes nos seguintes documentos da Saneapa (versões vigentes): IT/AMB/0279 Requisitos Ambientais em Projetos de Saneamento e IA/AMB/0412 Checklist Requisitos Ambientais em Projetos de Saneamento.

Para as unidades lineares deverão ser priorizados traçados por espaços públicos, minimizando processos de legalização para faixas de servidão e desapropriação, bem como evitando a ocupação de faixas de domínio de concessionárias de serviços (rodovias, ferrovias, energia, entre outros).

Quando as unidades lineares forem traçadas em propriedades particulares, consultar previamente as matrículas dos imóveis, procurando evitar que as unidades passem pelo meio das propriedades ou reduzam muito a utilização das propriedades, visto à necessidade de legalização das faixas de servidão, nas quais o proprietário do imóvel não pode construir.

Para as áreas de implantação de novas unidades previstas deverá ser verificada a existência de cadastros do sistema de galerias pluviais, gás, oleodutos, telecomunicações e energia elétrica, contendo o traçado, diâmetros e profundidade das tubulações.

Elaborar o arranjo do sistema proposto levando-se em conta a racionalização do consumo de energia elétrica, possibilidade de parada de conjuntos elevatórios em horário de ponta, turnos de operação em ETAs, simulações hidráulicas para a

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

definição da localização e dimensionamento de cada parte (reservatórios, válvulas, estações elevatórias entre outras) e para a obtenção das faixas de pressão desejadas.

Quando a alternativa contemplar unidades a serem desativadas (exemplo, desativação de estação de tratamento, de estação elevatória, de reservatório, etc.), na elaboração dos estudos de viabilidade financeira da alternativa deverão ser levadas em consideração as baixas de ativos que ainda possuam valores residuais na Base de Ativos Regulatória – BAR, uma vez que, após baixados, os valores são retirados da BAR encerrando o repasse via tarifa, caracterizando uma perda para a concessionária. Para subsidiar esta análise deverão ser coletados dados com a Gerência gestora do contrato, da Sanepar.

Também deverá ser indicado o que será feito com as estruturas/equipamentos das unidades a serem desativadas (por exemplo, se serão demolidas, se serão aproveitados em outros locais, etc.), bem como o destino das áreas das unidades a serem desativadas (venda, aproveitamento com outra função, etc.). Os custos associados a estas ações precisam ser considerados na avaliação econômica da alternativa.

3.8.3.2 Alternativas de mananciais

Realizar a proposição de alternativas tecnicamente viáveis de mananciais para atendimento à vazão de abastecimento, conforme as normas técnicas (ABNT) e os Manuais e Portarias vigentes da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA e do Instituto Água e Terra – IAT. Observar os aspectos específicos aplicáveis para poços e rios em função do domínio estadual ou federal de cada um.

Para os poços, deverão ser consideradas as condições de operação máximas outorgadas ou estudos fornecidos pela Gerência Hidrogeologia (GHIG), Boletins de Avaliação da Condição de Exploração (BACE) e/ou a Ficha Conclusiva de cada poço. Verificar nas análises existentes o atendimento à Portaria de Potabilidade vigente.

* Para as alternativas de mananciais superficiais deverão ser calculadas a vazão outorgável e a disponibilidade hídrica em secas severas (na inexistência de

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

estudos existentes em seca severa) atendendo integralmente na diretriz para Elaboração de Estudos de Disponibilidade Hídrica para SAA, do MPS – Sanepar.

Quanto à qualidade da água das alternativas de mananciais superficiais, deverá ser verificado o enquadramento definido pelo órgão gestor de recursos hídricos ou Comitê de Bacia. Deverão ser avaliados os impactos potenciais na qualidade e disponibilidade hídrica dos mananciais, relacionados ao uso e ocupação do solo na bacia do manancial, sendo que a escolha das alternativas para uso de mananciais para abastecimento público, seja prioritariamente por mananciais com baixa ocupação do solo e/ou com ações já implantadas pelo Município/ Estado/Proprietário e/ou a implantar para a conservação ambiental da área devido ao uso futuro para mananciais de abastecimento público, desejável locais com estações telemétricas (fluviométricas e pluviométricas) com histórico adequado para a análise do regime de vazões e precipitações dentro da bacia, mananciais e afluentes, mananciais com risco de poluentes devem ser avaliados (Análise de Riscos nas Bacias, Mananciais e Reservatórios formados por Grandes Barragens).

* Deverão ser realizados estudos de análises de riscos do manancial escolhido no que se refere a necessidade de proteção de mananciais e usos e ocupação do solo, conforme as diretrizes da Sanepar, se disponíveis:

- Análise de Riscos nas Bacias, Mananciais e Reservatórios formados por Barragens;
- Plano de Proteção dos Recursos Hídricos;
- Controle de Drenagem, Erosão e Recuperação de Áreas Degradas ;
- Critérios para Projetos de Grandes Barragens.

No caso da existência de lançamentos de efluentes, operantes ou projetados, da própria Sanepar ou de terceiros outorgados na bacia do manancial, deverão ser realizados estudos de qualidade da água conforme Diretrizes Ambientais para Elaboração de Estudos de Disponibilidade Hídrica e Qualidade da Água para SES, do MPS – Sanepar, para avaliação se os lançamentos podem alterar a classe do enquadramento no ponto projetado para a captação. Consultar também a unidade operacional a fim de identificar a existência de restrições de qualidade ou usos não outorgados na bacia que inviabilizem a utilização do manancial. Caso necessárias, a

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

coleta e análise dos parâmetros relacionados na Resolução CONAMA nº 357/2005 serão realizadas pela Sanepar e fornecidos à contratada.

3.8.3.3 Parâmetros genéricos a serem adotados

Estudar todos os dados obtidos no levantamento preliminar (informações acerca dos dados característicos da comunidade e sistemas de saneamento básico existentes ou simples dados operacionais), além de providenciar a obtenção de dados complementares necessários ao estudo. Deverá também avaliar outros parâmetros e elementos de projeto (características da água bruta, coeficientes, taxas, etc.) a serem considerados ou adotados no pré-dimensionamento das unidades das diversas alternativas de concepção de sistemas que poderão surgir.

Realizar reunião com a Sanepar para apresentação do diagnóstico do sistema existente e discussão das condições de contorno para nortear a concepção da ampliação do sistema.

Apresentar e justificar todos os elementos considerados, de uma maneira direta e precisa, com as informações necessárias à sua perfeita verificação e compreensão. Deverão ser tecidas considerações básicas sobre a utilização dos diversos tipos de materiais para tubulação da rede de distribuição, vários tipos de equipamentos para as unidades dos sistemas alternativos, sobre novas concepções econômicas de projeto, sobre inovações tecnológicas.

Quando existir Nota Técnica, a mesma deverá ser seguida, com as devidas exceções caso existam, conforme orientações da Sanepar. Valores ou critérios que de uma maneira ou de outra difiram das normas ou especificações de quaisquer órgãos, inclusive da Sanepar, mas que em reuniões técnicas tenham a sua adoção validada, deverão ser justificadas neste Item.

3.8.3.4 Alternativa de Concepção Técnica Ótima

* A alternativa de concepção técnica ótima será definida considerando o atendimento à necessidade futura, cenários de risco hidrológicos (secas e

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

inundações), eficiência, estudo de CAPEX e OPEX, exequibilidade econômica e ambiental, e deverá ser submetida à validação da Sanepar, representada por suas áreas de projetos, obras, operação, manutenção eletromecânica, meio ambiente, entre outras relevantes.

3.8.4 Alternativas de Projeto

Os referidos estudos gerarão um determinado número de alternativas de projeto, a partir da alternativa de concepção técnica ótima.

3.8.4.1 Geração de Alternativas de Projeto

A alternativa de concepção técnica ótima gerará um determinado número de alternativas de projeto, uma vez que poderão ser vários os arranjos entre as unidades componentes do sistema (exemplo: após a escolha do manancial, podem ser várias as possibilidades para as posições da ETA, reservatórios, elevatórias, etc.).

Devem ser apresentadas, no mínimo, três alternativas de projeto ou justificar econômica e tecnicamente a apresentação de alternativa única ou em número inferior ao mínimo estabelecido.

Portanto, a partir de uma alternativa de concepção técnica escolhida, serão estudadas as alternativas de projeto com pré-dimensionamento das unidades, levando em consideração fatores operacionais, de manutenção, econômicos, financeiros e ambientais, que podem influir nos sistemas tecnicamente concebidos.

Alguns aspectos relevantes, que devem ser observados, sempre que pertinente, na geração das alternativas de projeto:

- Avanços tecnológicos

Sempre que possível, incorporar avanços tecnológicos disponíveis nas soluções técnicas do Estudo Técnico Preliminar, buscando-se comprovar se os resultados obtidos são iguais ou superiores às soluções básicas usuais, priorizando a eficiência energética.

- Situação legal dos imóveis

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

Avaliar a situação legal dos imóveis pretendidos para implantação das unidades quanto à: disponibilidade, reserva legal, restrições em áreas legalmente protegidas (como: áreas de proteção ambiental, de preservação permanente, indígenas, destinadas à quilombolas, sítios arqueológicos), contaminação pretérita e pendências judiciais. Deverão ser considerados os custos referentes ao uso das faixas de domínio, legalização de áreas e travessias.

- Reconhecimento de terreno e subsolo

Para o estudo das alternativas de projeto deve-se realizar reconhecimento de terreno e subsolo, através de sondagens a trado obedecendo ao exposto nas normas específicas (ABNT). Este reconhecimento será realizado por amostragem em pontos dos terrenos em que houver proposta de novas unidades. A localização de tais pontos será indicada pela contratada e validada pela Sanepar.

Na impossibilidade de reconhecimento do subsolo, a contratada deverá informar à Sanepar quais são as necessidades de complementação de informação, para que possam ser providenciados (pela Sanepar ou pela contratada, dependendo dos serviços previstos no Contrato). Para o caso de sondagens de simples reconhecimento com SPT, deverão ser atendidas as preconizações das normas específicas (ABNT).

Para a caracterização das amostras, atender as normas específicas (ABNT).

A investigação do subsolo constará ainda de análises dos dados obtidos, para verificar a possibilidade de utilização de materiais alternativos disponíveis em outros locais.

- Reconhecimento do perfil do terreno

O reconhecimento do perfil do terreno será feito “in loco”, onde deverão ser confirmados os traçados preliminares das unidades efetuados em plantas planialtimétricas disponíveis.

- Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

Realizar avaliação da geração de ruídos e vibração, elaborando Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança – EIV (art. 4º, inc. VI e arts. 36 a 38 da Lei 10.257/01), se necessário, quando solicitado no Termo de Referência.

Essas investigações terão o objetivo de certificar que a alternativa é exequível em termos técnicos de implantação, verificando-se as condições topográficas da linha ou local e a ocorrência de acidentes geográficos especiais.

Estudos realizados sem apresentação de memoriais detalhados que descrevam os critérios, parâmetros e custos utilizados ou assumidos não serão aceitos.

3.8.4.2 Composição das Alternativas de Projeto

Para todas as unidades localizadas, descrever os detalhes de sua localização, disponibilidade de área, nome de proprietários, condições para a legalização da área (registro de imóveis, pendências judiciais, avaliação de custo de desapropriação, contaminação pretérita, entre outros) e condições exigidas pela lei de zoneamento e ambiental (reserva legal e área de preservação permanente, entre outros) para o lote específico.

Cada alternativa de projeto deverá conter, no mínimo, os itens seguintes:

Geral

Apresentar quadro resumo de vazões de demanda e demandas em potencial. Todas as alternativas de projeto deverão ser apresentadas tecnicamente através de mapas de situação geral em escala 1:5.000, 1:10.000 ou outra escala adequada ao porte da localidade, de maneira a permitir uma perfeita avaliação das composições ou arranjo das unidades e comportamento hidráulico.

No caso do aproveitamento das unidades e estruturas existentes, devem ser avaliadas e apresentadas as adequações necessárias (descriptivo e leiautes), tendo em vista manter a operação do sistema durante a obra.

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

Manancial

A descrição do(s) manancial(is) deverá apresentar como informações mínimas aquelas indicadas no Anexo B da NBR 12.211 e a classe do manancial conforme Resolução Conama 357/05.

Captação

Observar as diferenças e particularidades para captações superficiais e subterrâneas (poços), de acordo com as normas específicas (ABNT).

No caso de captação superficial, quando definido o manancial na Alternativa de Concepção Técnica Ótima, realizar estudo apurado do ponto de captação de água (horizontal e vertical) tendo em vista a melhoria de qualidade da água captada, indicando o melhor local, em coordenadas, para captar água.

Em função da qualidade da água (in natura), avaliar o método de captação (direta/indireta) e/ou a instalação de pré-sedimentadores e desarenadores, tendo em vista a melhoria da qualidade da água afluente a ETA.

Quando necessária a instalação de sedimentador e/ou desarenador, prever a implantação de estruturas com as condições necessárias para o adequado gerenciamento da fase sólida gerada (acesso de veículos/caminhões, deságue, acondicionamento, armazenamento e transporte).

Identificar a distância e desnível do provável ponto de captação até a próxima unidade do sistema, condições de acesso e disponibilidade de linha de energia elétrica compatível com o porte do sistema proposto (consultar formalmente o órgão concedente). Avaliar e justificar o tipo e Leiaute da captação, quantitativos da obra e custos.

Quando da necessidade de regularização de vazão (barragem), estudar sob os pontos de vista hidráulico, fluvial e estrutural.

No caso da necessidade de barragem de nível, realizar o estudo hidrológico conforme as diretrizes de determinação da cota de inundação, do respectivo módulo Cota de Inundação, do MPS – Sanepar.

Sempre que possível, na área da captação prever dispositivos de drenagem das águas pluviais, que também auxiliem na proteção da captação em situações

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

externas (como vazamentos ou derrames de produtos químicos ou combustíveis), evitando a contaminação da captação. O lançamento destes dispositivos deve ser sempre a jusante do ponto de captação, em distância segura.

Considerar as demais exigências dos órgãos ambientais.

Adutora

Realizar estudo de diâmetro econômico, com cálculo detalhado e escolha criteriosa do coeficiente “K” de Bresse, levando-se em conta o custo de energia elétrica consumida e eficiência energética na elevatória, tipo de material empregado e outros.

Apresentar extensões, material e diâmetro das tubulações, traçado justificado em função de características topográficas e do zoneamento da cidade. Locar as tubulações, levando em conta interferências, pavimentos, largura das vias e alinhamento predial. Aproximar a linha das divisas de lotes para facilitar a legalização. Avaliar profundidade média, características geológicas e o uso do terreno ao longo da linha e proximidades (por exemplo: região de queimadas, plantações com revolvimento de terra, etc.).

Localizar e pré-dimensionar travessias e obras especiais, de acordo com as consultas realizadas junto às concessionárias.

Apresentar os resultados isolados de cada adutora referentes à simulação hidráulica da rede. Apresentar o estudo preliminar dos transientes hidráulicos, estimando proteções especiais e número de dispositivos e acessórios.

Estação Elevatória

Apresentar o pré-dimensionamento completo das estações elevatórias. Apresentar localização precisa, diâmetro de tubulações, definição de dispositivos de proteção e operação. Avaliar diferentes tipos e arranjos dos conjuntos motobombas, definindo o tipo, a quantidade de conjuntos e a potência a serem adotados, em conjunto com a Sanepar (apresentar o memorial de dimensionamento e curvas características usadas). Apresentar a distância da linha de suprimento de energia elétrica, tensão e condições de acesso.

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

Tratamento

A escolha do processo de tratamento, a definição dos parâmetros básicos de projeto, bem como a fixação dos tipos e dosagens de produtos químicos a serem utilizados, deve ser estudada com base na norma específica (ABNT) e no Ensaio de Tratabilidade a ser fornecido pela Sanepar, o qual deve no mínimo analisar as águas do manancial a ser tratado, em período de estiagem e em período de chuvas.

Para o estudo de alternativas do processo de tratamento deve-se seguir a diretriz de Estudos e Projetos de Tratamento de Água, em seu item específico.

Reservatórios

Os reservatórios existentes devem ter sua capacidade avaliada em relação à demanda de primeira etapa e final de plano, verificando-se a necessidade de ampliação ou de implantação em outro local, com redefinição das zonas de influência.

Dimensionar os reservatórios de acordo com suas funções (manutenção de pressão e/ou equalizações), definindo nessa fase o tipo, cotas, alturas, capacidade, materiais e acessórios. O dimensionamento deverá considerar a curva de consumo diário do sistema, com obtenção do perfil de níveis do reservatório durante o dia, a partir da simulação hidráulica do sistema. Especialmente nos sistemas com grandes alturas manométricas, o volume e a posição dos reservatórios deverão ser avaliados em função da possibilidade de paradas parciais ou totais de estações elevatórias em horários de ponta.

Ainda, consultar documentos com orientações vigentes da Sanepar.

Rede de Distribuição

Apresentar as vazões de dimensionamento e as determinações das zonas de pressão. Localizar as tubulações principais, levando em conta locação, interferências, pavimentos, largura das vias e alinhamento predial. Relacionar as zonas de pressão com os respectivos reservatórios, estações elevatórias, válvulas e hidrantes.

As alternativas de dimensionamento de rede deverão ser concebidas em função da disposição e capacidade das unidades previstas.

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

Realizar simulação hidráulica para cada alternativa de projeto conforme metodologia estabelecida nas diretrizes da Sanepar, para as vazões de primeira etapa e de final de plano, demonstrando-se que o sistema proposto apresenta total compatibilidade entre suas partes.

Apresentar carregamento dos nós da rede da alternativa ótima, em escala adequada ao formato A1 (excepcionalmente em formato A0), indicando todas as unidades existentes e projetadas, com curvas de nível a cada 5 metros, e cadastro das edificações e arruamento.

Devem ser considerados:

- Zoneamento da Cidade;
- Densidade Demográfica;
- Zonas características (de pressão, *per capita*);
- Pressões Restritivas (máxima e mínima). Para as faixas de pressão devem ser adotadas as normas específicas (ABNT) e diretrizes da Sanepar, observando as características específicas de cada sistema em estudo;
- Divisores naturais das zonas de pressão (Rodovias, Rios, Canais, Ferrovias);
- Inter-relacionamento com reservatórios;
- Distâncias economicamente viáveis das redes aos reservatórios buscando eficiência energética (substituição de equipamentos x construção de reservatórios x extensão de redes);
- Levantamento, localização de consumidores especiais e quantificação dos consumos;
- Traçado de condutos principais, visando alimentar e/ou reforçar os demais condutos;
- Rede secundária paralela aos anéis principais para atender as ligações.

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

3.8.4.3 Etapas de Construção ou Estagiamento Construtivo

Deverão ser definidas as necessidades imediatas e determinados os períodos ótimos das etapas para implantação de unidades com modulações de maior porte (captação, adutora, elevatórias, reservatórios, ETA, etc.) e o estagiamento de obras de ampliação sistemática (rede de distribuição) para todo o período de projeto, considerando diretrizes da Regulação, apresentando em planta as obras referentes a cada período notável de projeto.

Nesta definição, observar principalmente fatores econômicos e financeiros, além de outros, tais como o crescimento da demanda na área de projeto, fatores físicos como características topográficas e geológicas, obras complementares (elevatórias, adutoras extensas, travessias e fatores operacionais). No caso da rede de distribuição, a implantação imediata em regiões de baixa densidade demográfica poderá ser justificada por critérios sociais, de saúde pública ou melhorias técnicas (pressão na rede).

Realizar abordagem sobre a adequação do estagiamento em relação às características de operação atual do sistema e considerando a implantação de novas unidades construtivas em relação às existentes.

3.8.4.4 Aspectos Ambientais

Analizar a área de influência do empreendimento, identificando e discorrendo sobre os seguintes itens:

- Impacto na comunidade e conscientização e informação à população do entorno sobre a finalidade e os benefícios da obra;
- Sistemas de desidratação, secagem e destinação final para o lodo ambientalmente corretos (por exemplo: aterro sanitário, confecção de blocos cerâmicos e concreto, entre outros).

Na fase de ETP, para auxiliar na verificação da legislação ambiental, a contratada deverá observar os seguintes documentos da Sanepar (versões vigentes):

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

IT/AMB/0279 Requisitos Ambientais em Projetos de Saneamento e IA/AMB/0412 Checklist Requisitos Ambientais em Projetos de Saneamento.

3.8.4.5 Avaliação Econômica Preliminar

Durante a execução do Estudo Técnico Preliminar, realizar a avaliação econômica preliminar de cada Alternativa de Projeto, que é uma avaliação baseada em estimativas de custos do novo sistema e que servirá para a definição da Alternativa Ótima de Projeto. Posteriormente, durante a execução do Projeto Básico de Engenharia será realizada a avaliação econômica definitiva, que é aquela fundamentada em orçamento detalhado.

A metodologia e os critérios a serem utilizados em cada contratação deverão ser definidos em conjunto com a Sanepar durante o desenvolvimento do Estudo.

Orçamentos Preliminares

Elaborar os orçamentos preliminares através do pré-dimensionamento das unidades do sistema e da consulta aos fornecedores de equipamentos. Para fins comparativos, é opcional a utilização de orçamentos estudados para unidades de sistemas similares em porte, complexidade, capacidade, tipo de materiais e outros, desde que consistentes. Citar as fontes, as datas de referência e a forma de obtenção. Somente serão aceitos se determinados para as condições brasileiras, considerando-se efeitos regionais e locais.

Obedecer a critérios determinados pela Sanepar que preveem a divisão em materiais e serviços, por unidade do sistema. O cuidado na precisão desses dados deve-se ao fato de que a escolha da Alternativa Ótima estará baseada nestes estudos econômicos.

Considerar para os preços unitários de serviços a última versão da Tabela de Preços Unitários Compostos, da Sanepar.

Levantar criteriosamente os custos das eventuais áreas a desapropriar. Poderão ser consultadas as Prefeituras Municipais, órgãos locais, imobiliárias, anúncios de venda de imóveis.

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

Avaliar ainda os custos de instalação elétrica (obras elétricas, quadros, transformadores, extensão de linha, automação, etc.).

Computar também custos relativos a empréstimo de material em jazidas, bem como áreas de bota-fora, considerando-se sempre as distâncias de transporte e desapropriação.

No Orçamento Preliminar de cada Alternativa de Projeto incluir a avaliação das despesas na operação para todo o período de projeto. Os dados físicos e financeiros referentes ao sistema existente deverão ser obtidos nos sistemas corporativos, tais como SIS – Sistema de Informações da Sanepar e SCT – Sistema de Contabilidade de Custos, adotando para as projeções as médias dos últimos 12 (doze) meses.

Apresentar, em forma de tabelas, demonstrativo dos parâmetros utilizados para a projeção dos custos e despesas do estudo econômico tais como:

- Pessoal;
- Materiais;
- Energia Elétrica;
- Serviços de Terceiros;
- Produtos Químicos; e,
- Gerais.

3.8.4.6 Alternativa Ótima de Projeto

O estudo econômico realizado no Item anterior define a Alternativa Ótima de Projeto como sendo aquela que, dentre todas as alternativas estudadas, apresente menor custo incremental médio de longo prazo, em reais por metro cúbico. Casos especiais devem ser justificados. Esta alternativa será descrita conforme este Item.

Descrição da Alternativa Ótima de Projeto

A Alternativa Ótima deverá ser descrita conforme itens a seguir. Caso haja mais de um manancial apresentar os dados completos de forma individualizada.

- Nome (cidade e objeto);
- Informações Gerais;

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

- Município;
- Localidade;
- Nome do manancial;
- Identificação;
- UR atendida;
- Sistema abastecido;
- Área da bacia (km²);
- Classe do rio;
- Coordenadas X, Y, Z da captação, ETA, EE, reservatório e demais pontos de interesse (UTM – Datum: SIRGAS2000);
- Capacidade Nominal Total (m³/h);
- Bacia Hidrográfica;
- Comitê de bacia;
- Uso e ocupação da bacia;
- Tipo de ocupação próxima ao manancial;
- * Captação está em uma área legalmente protegida;
- Existência de Pressão de Urbanização na Bacia de Manancial;
- Tipo de uso da água a montante da captação;
- Tipo de efluente lançados à montante da captação;
- Tipo da tomada de água;
- Tipo do leito do rio;
- Existência e tipo de acesso ao ponto de captação;
- Tipo de proteção da captação (alambrado, arame, muro de alvenaria, sem proteção);
- Existência de plano diretor.

Licenciamento Ambiental:

- Tipo da licença;
- Nº da licença;
- Data de emissão;
- Validade.

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

* Outorga:

- Vazão outorgável (m³/h);
- Vazão indisponível (m³/h) separando outorgas para captação e para lançamento de efluentes;
- Enquadramento.

Caso o manancial já tenha Outorga existente ou solicitada:

- Tipo da Outorga;
- Nº portaria/ protocolo;
- Vazão outorgada/ solicitada (m³/h);
- Data de vencimento/protocolo;
- Tempo de bombeamento outorgado/protocolado (h/dia).

Descrição do Projeto:

- Descrição sucinta quantificada das obras a serem realizadas até a saturação do sistema;
- Capacidade atual do sistema existente (l/s);
- Incremento de capacidade com as obras (l/s);
- Capacidade total após as obras (l/s);
- Potência instalada no sistema existente (CV);
- Incremento de potência instalada com as obras (CV);
- Potência instalada total após as obras (CV);
- Capacidade do tratamento existente (l/s);
- Capacidade do tratamento a ser adicionada (l/s);
- Extensão de rede existente (m);
- Extensão de rede a ser construída (m);
- Capacidade de reserva existente (m³);
- Capacidade de reserva a ser adicionada (m³);
- Número atual de ligações atendidas (atual e no ano base se for o caso);
- Número atual de economias atendidas (atual e no ano base se for o caso);

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

- População atual atendida (atual e no ano base se for o caso);
- População incremental média atendida (soma das populações anuais até a saturação do sistema dividido pelo número de anos correspondentes);
- Porcentagem atual de ligações micromedidas;
- Porcentagem atual de economias micromedidas;
- Volume micromedido/ligação/mês ($m^3/ligação/mês$) por categoria;
- Volume micromedido/economia/mês ($m^3/economia/mês$) por categoria;
- Porcentagem do consumo não residencial sobre o consumo total;
- Índice de perdas;
- Produção *per capita* atual ($l/hab.dia$);
- Consumo *per capita* atual;
- Consumo *per capita* no início de operação do sistema projetado;
- Consumo *per capita* na saturação do sistema projetado.

Custo de Obra constando data de referência:

- Investimento inicial em ampliações;
- Investimentos complementares em ampliações;
- Investimentos em reformas e reabilitações.

Indicar necessidade de complementação dos seguintes processos:

- Pedido de Outorga (Instituto Água e Terra – IAT);
- Licença (Instituto Água e Terra – IAT);
- Anuência, decreto de utilidade pública PM;
- Estudo de Impacto de Vizinhança (Prefeitura Municipal).

* Planejamento e Controle da Operação

Com relação ao nível de automação pretendido para a Alternativa Ótima, apresentar descritivo das características de automação do sistema proposto, contendo, entre outras orientações do MPS como a Nota Técnica nº 41:

- Pré-dimensionamento dos equipamentos (potência x ponto de operação);
- Tempo de operação dos equipamentos (horas/dias);

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

- Definição das variáveis a serem monitoradas e/ou controladas;
- Definição das variáveis de controle dos conjuntos motobombas com inversores de frequência (pressão, vazão, etc.);
- Fluxograma de Processo, definindo-se em cada unidade: o que, como e quando fazer. Incluir procedimentos para situações de emergência.

* Em sistemas de pequeno porte (até 100l/s e menos de 10.000 ligações de água) as definições de automação devem se limitar a operação liga/desliga das elevatórias atendidas:

- a) Elevatória de água bruta para a ETA ou poços para a rede de distribuição ou reservatório;
- b) Elevatória de água tratada para a rede de distribuição e/ou para um reservatório;
- c) Elevatória do poço profundo para a rede e/ou reservatório.

Nos sistemas de médio porte A (de 100l/s a 200l/s ou de 10.000 até 20.000 ligações de água), pode-se projetar sistema de monitoramento das variáveis de nível, vazão e pressão sem controle remoto das elevatórias.

Para definição do porte avaliar a situação atual e a futura com a ampliação projetada dos sistemas, se ocorrer do sistema ficar na faixa entre os dois tamanhos classificar pelo menor e projetar na obra de ampliação a implantação de automação compatível.

Peças Gráficas

Apresentar planta e corte das unidades a serem implantadas em 1^a etapa em escala apropriada.

Os desenhos apresentados devem ser suficientes para subsidiar a montagem do Termo de Referência dos Projetos de Engenharia.

***Prescrições para Elaboração e apresentação de
Estudo Técnico Preliminar***

Apresentação da Alternativa Ótima

Apresentar tabela de investimentos, constando estagiamento de investimentos e obras propostas. Apresentar mapa temático representando as unidades do sistema existente e do sistema proposto.

3.9 Concepção do Sistema de Esgotamento Sanitário

3.9.1 Sistemas de Saneamento Básico Existentes

Apresentar plantas gerais dos sistemas de água e de esgoto existentes, em escala conveniente, contendo as áreas abastecida e esgotada atuais, os pontos de captação de água e de lançamento dos efluentes atuais e futuros (coordenadas UTM referenciadas ao Datum SIRGAS2000), as áreas de contribuição de cada ponto de lançamento de efluentes e as previsões de ampliação a curto, médio e longo prazos dos sistemas de água e de esgoto.

Apresentar dados cadastrais do SAA e do SES, citando projetos existentes e não implantados e obras previstas ou em andamento.

Sobre o sistema de resíduos sólidos, nas plantas gerais dos sistemas de água e de esgoto incluir a localização dos aterros sanitários e/ou lixões existentes no município. Descrever as principais características deste sistema.

3.9.1.1 Sistema de Abastecimento de Água existente

Descrever resumidamente o sistema de abastecimento de água, a partir do Croqui Básico do sistema, citando as principais características de cada unidade operacional (captação, recalque, adução, tratamento, reservação e distribuição). Incluir dados de população atendida, números de ligações e de economias, extensão total de rede.

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

3.9.1.2 Sistema de Esgotamento Sanitário existente

Perfil do Cliente

* Relacionar os números de ligações e de economias de água e de esgoto, classificando-as por categoria e por volume consumido/medido mensal, conforme modelos sugeridos apresentados nas Tabelas 2 e 3.

Tabela 2 - Número de ligações e economias de água

Categoria	Faixa Vol. Cons./Medido	≤ 5 m ³	≤ 10 m ³	≤ 15 m ³	≤ 20 m ³	≤ 30 m ³	≤ 50 m ³	≤ 100 m ³	≤ 500 m ³	> 500 m ³	Média m ³ /mês	Lig./ economia
Residencial	Ligações											
	Economia											
Comercial	Ligações											
	Economia											
Industrial	Ligações											
	Economia											
Utilidade Pública	Ligações											
	Economia											
Poder Público	Ligações											
	Economia											
Total	Ligações											
	Economia											

Ref.: _____ / 20 _____

Tabela 3 - Número de ligações e economias de esgoto

Categoria	Faixa Vol. Cons./Medido	≤ 5 m ³	≤ 10 m ³	≤ 15 m ³	≤ 20 m ³	≤ 30 m ³	≤ 50 m ³	≤ 100 m ³	≤ 500 m ³	> 500 m ³	Média m ³ /mês	Lig./ economia
Residencial	Ligações											
	Economia											
Comercial	Ligações											
	Economia											
Industrial	Ligações											
	Economia											
Utilidade Pública	Ligações											
	Economia											
Poder Público	Ligações											
	Economia											
Total	Ligações											
	Economia											

Ref.: _____ / 20 _____

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

Identificar e localizar (em mapa) os grandes consumidores, informando se estão ligados ou não aos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Para os grandes consumidores, descrever as características de seus resíduos sólidos, sua classificação conforme NBR 10004/2004 (Classe I Perigosos, Classe II Não Perigoso, Classe II A Não Inerte e Classe II B Inertes), informar o volume produzido e sua disposição final.

Descrever as características dos efluentes gerados pelos grandes consumidores, quanto sua composição físico-química (metais pesados, carga orgânica, nutrientes, entre outros), sanitária, microbiológica, e informar sua vazão e destinação final. Obter estas informações junto a órgãos oficiais. Avaliar a influência causada por estes efluentes nos cursos de água receptores e no sistema de esgotamento sanitário, se interligados.

Mapear as zonas de consumos per capita diferenciados da cidade.

Descrever as possíveis ampliações das indústrias atualmente instaladas, bem como o potencial do crescimento industrial e comercial da localidade, em termos de abastecimento de água e lançamento de despejos, obtendo estas informações junto a órgãos oficiais.

Descrição e Diagnóstico do Sistema de Esgotamento Sanitário Existente

A descrição e o diagnóstico do sistema de saneamento básico existente deverão ser elaborados pela empresa contratada, com o acompanhamento da unidade de projetos e da unidade operacional. Para tanto, deverão ser agendadas visitas ao sistema, contemplando todas as unidades objeto da contratação. Deverão ser programadas quantas visitas forem necessárias para a perfeita descrição de todas as unidades.

Para melhor ilustração, a descrição deverá ser complementada com fotos de cada unidade.

* Sugere-se que este item seja elaborado em volume específico contendo, em seu final, tabela resumo conforme modelo apresentado na Tabela 4.

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

Descrever o sistema existente baseado no diagnóstico operacional da Sanepar e na visita local, citando suas condições de funcionamento e possível aproveitamento futuro.

* Apresentar o Croqui Básico do sistema e planta sumária do sistema, escala 1:5.000 ou 1:10.000, contendo a área atendida atualmente. Citar os projetos existentes e o as built da obra, informando:

- Ano de elaboração;
 - * Obras previstas ou em andamento.

Tabela 4 - Descrição das condições operacionais, problemas e ações identificadas.

Rede Coletora, Coletores Tronco, Interceptores e Emissários

Descrever, para cada bacia e/ou sub-bacia, os tipos de tubulações utilizadas, suas características cadastrais incluindo a de seus acessórios, bem como condições/problemas de planejamento e controle da operação e manutenção, conforme dados do diagnóstico operacional da Sanepar.

Apresentar a planta de rede existente em escala 1:5000 ou 1:10000 por sub-bacias e dos pontos de lançamento nos corpos receptores.

Verificar taxas de infiltração da rede existente.

Avaliar as condições hidráulicas / estruturais da rede coletora, relacionando e indicar em planta os trechos problemáticos, assoreamento, zonas críticas de obstrução, extravasamento e inundação, suas causas e possíveis soluções.

Com base em informações operacionais verificar frequência e intensidade de extravasamentos.

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

Caso seja exigido no Termo de Referência, proceder a avaliação hidráulica / estrutural dos interceptores, apresentando esquematicamente os pontos de contribuição dos coletores tronco, trechos problemáticos, suas causas e possíveis soluções.

Estação Elevatória

Descrever, para cada estação elevatória existente:

- Tipo, características cadastrais incluindo a de seus acessórios, informações do controle operacional (vazões e pressões médias, máximas e mínimas para cada conjunto motobomba e suas combinações, níveis mínimos e máximos do poço de sucção, tensões e correntes, tempos de funcionamento médios, máximos e mínimos, condições / problemas do planejamento e controle da operação e da manutenção e estado de conservação);
- Existência de dispositivo para evitar extravasamento de esgoto bruto, seu tipo (Reservatório de Acúmulo – RAC ou outro dispositivo), capacidade (volume, tempo de detenção), níveis, condições atuais.
- O ambiente adjacente à elevatória e o seu impacto, principalmente com relação a maus odores e ruídos;
- Aspectos da bacia de esgotamento que possam influenciar na geração de resíduos, em especial areia, tais como: relevo, tipo de solo, pavimento, posicionamento da rede coletora, coletores e interceptores: passeio, rua ou área sujeita a inundação. Descrever problemas de odores e se são aplicadas medidas de controle, como aplicação de produtos, cobertura de caçambas, entre outras;
- O processo de retirada, manuseio e destino dos resíduos sólidos do gradeamento, desarenador, caixas de distribuição de fluxo e do poço de sucção, bem como quantificá-los;
- As condições do sistema de acondicionamento dos resíduos, incluindo coleta e destino de líquidos percolados e dos provenientes das operações de limpeza, lavagem de cestos, rodado de veículos, entre outros;

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

- A incidência de eventos de manutenção eletromecânica e de falha de disponibilidade dos equipamentos. Citar as causas principais destes eventos e falhas;
- A frequência de extravasamento por excesso de vazão;
- As condições de acesso de veículos (curvas, pavimento, sub-base), inclusive os pesados como caminhões auto fossa trucados de 2 eixos traseiros (≥ 12.000 litros) e caminhões Brooks quando adotadas caçambas de resíduos.

Para diagnóstico das estações elevatórias deverão ser avaliadas as condições operacionais com levantamento dos problemas de projeto, operação e manutenção observados e relatados pela área operacional de no mínimo os seguintes itens:

- Verificar se todos os equipamentos eletromecânicos estão operando dentro das condições previstas em projeto, vazão, altura manométrica, entre outros. Identificar falhas de concepção e/ou problemas de manutenção;
- Avaliar se a geração de resíduos, em especial areia está ocasionando falhas eletromecânicas devido ao tipo de pavimento, tipo de solo, posicionamento da rede coletora: passeio, rua ou área sujeita a inundação;
- Avaliar as medidas aplicadas para controle de odores e seus resultados;
- Avaliar o processo de retirada, manuseio e destino dos resíduos sólidos do gradeamento, desarenador, caixas de distribuição de fluxo e do poço de sucção;
- Avaliar as condições do sistema de acondicionamento dos resíduos, incluindo coleta e destino de líquidos percolados e dos provenientes das operações de limpeza, lavagem de cestos, rodado de veículos, entre outros;
- Avaliar a frequência de extravasamento por excesso de vazão;
- Avaliar a incidência de eventos de manutenção eletromecânica e falha de disponibilidade dos equipamentos. Apresentar avaliação de Pareto de causas;

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

- Avaliar a incidência de eventos de manutenção eletromecânica e falha de disponibilidade dos equipamentos. Apresentar avaliação de Pareto de causas;
- Avaliar as condições de acesso de veículos (curvas, pavimento, sub-base), inclusive os pesados como caminhões auto fossa trucados de 2 eixos traseiros (≥ 12.000 litros) e caminhões Brooks quando adotadas caçambas de resíduos.

Linha de Recalque

- Descrever, para cada linha existente, inclusive trecho a gravidade ou conduto forçado, as características cadastrais e acessórios, informações do controle operacional (vazões e pressões máximas e mínimas), materiais, diâmetros e classe de pressão;
- Descrever e indicar em planta os problemas apontados pela operação: capacidade hidráulica, zonas críticas de obstrução e extravasamento, odores (na caixa de transição e a jusante) entre outros.

Tratamento

Descrever, para cada estação de tratamento, o tipo, características cadastrais de cada unidade que compõe a estação, assim como seus acessórios.

Através dos dados de medições de vazão afluente à ETE, disponibilizados pela Sanepar, elaborar e apresentar análise estatística dos mesmos, para verificação da vazão atual de operação da estação. Elaborar gráficos, destacando a média das vazões e os períodos (sazonalidade anual e diária) nos quais a ETE opera com vazão acima desse valor.

Apresentar os resultados das análises físico-químicas e bacteriológicas disponibilizadas pela Sanepar, conforme Tabela 5.

Caso haja necessidade de outros parâmetros não analisados pela Sanepar (sem histórico), os mesmos deverão ser previstos no Termo de Referência para serem determinados pela contratada. Eventualmente podem-se utilizar valores sugeridos por Norma Técnica.

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

Tabela 5 - Parâmetros físico-químicos e bacteriológicos a serem analisados no afluente e efluente

Características		Unidade	Standard Methods (SM) / ABNT
Acidez	Total	mg/l	SM 2310 B (4a)
	Volátil	mg/l	SM 2310 B (4a)
Alcalinidade-Alc	Parcial	mg/l CaCO ₃	SM 2320 B
	Total	mg/l CaCO ₃	SM 2320 B
Coliformes	Fecal-CF	UFC/100ml	SM 9222 D
	Total-CT	UFC/100ml	SM 9222 B
Características		Unidade	Standard Methods (SM) / ABNT
Demanda Bioquímica de Oxigênio - DBO		mg/LO ₂ DBO5	SM 5210 B
Demanda Química de Oxigênio - DQO		mg/L O ₂	SM 5220 B ou C
Fosfato Total-PO ₄		mg/L P	SM 4500-P D
Nitrogênio	Ammoniacal -NA	mg/L N	SM 4500-N N
	Orgânico -NO	mg/L N	SM 4500-N N
Óleos e Graxas -OG		mg/L	SM 5520 B
Oxigênio Dissolvido -OD		mg/L O ₂	SM 4500-O D
pH		-	SM 4500-H ⁺ B
Sólidos	Dissolvidos Totais -SDT	mg/L	SM 2540 C
	Fixos Totais - SFT	mg/L	SM 2540 E
	Sedimentáveis - SED	ml/L/h	SM 2540 C
	Suspensos Totais -SST	mg/L	SM 2540 D
	Totais -ST	mg/L	SM 2540 B
	Voláteis Totais -SVT	mg/L	SM 2540 E
Sulfetos-H ₂ S		mg/L S-2	SM 4500-S- ⁻² D e/ou F
Surfactante - Detergente		mg/L MBAS	SM 5540 C
Temperatura		° C	SM 2550 B

Descrever também:

- As condições de acesso à área da ETE e às suas unidades internas em relação ao atendimento a necessidade operacional para veículos pesados: caminhão de retirada de lodo, caminhão hidrojato, caminhão Brooks, caminhões limpa fossa, entre outros. Verificar ângulo das curvas dos acessos, capacidade suporte da base, existência de indicativos de falta de capacidade suporte, infiltração e comprometimento da base. Relacionar problemas com vazamento de carga e potenciais incômodos à população vizinha em relação a odor no que diz respeito ao transporte de resíduos e insumos utilizados na ETE (coagulante, polímero, cal, entre outros), velocidade e frequência de tráfego;

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

- Citar dados, condições e frequência da recepção dos caminhões auto-fossa, incluindo volume unitário dos veículos, origem, tipologia dos resíduos e riscos ao sistema;
- O processo de retirada, manuseio e destino dos resíduos sólidos do gradeamento, desarenador, das caixas de distribuição de fluxo, e de poços de sucção, bem como quantificá-los;
- Os procedimentos de descarga de lodo (metodologia, parâmetros orientativos), retirada, higienização, manuseio, armazenamento, carga/descarga, transporte e destinação final;
- Problemas de odores e se são aplicadas medidas de controle, como aplicação de produtos químicos, afogamento de Caixas Divisoras de Fluxo – CDFLs, suavização de cascateamentos, fechamento de pontos de emanações, cobertura de caçambas, entre outras;
- O impacto dos ambientes adjacentes em relação à geração de resíduos, em especial areia, devido ao tipo de pavimento, tipo de solo, posicionamento da rede coletora: passeio, rua ou área sujeita a inundação;
- O impacto do ambiente adjacente sobre a frequência de extravasamento por excesso de vazão;
- A incidência de eventos de manutenção eletromecânica e falha de disponibilidade de equipamentos com comprometimento da operação das unidades;
- As condições dos sistemas de coleta e destinação de percolados e líquidos livres no acondicionamento, manuseio, remoção e transporte de resíduos;
- O sistema de acondicionamento dos resíduos;
- Os procedimentos de descarga de escuma (metodologia, parâmetros orientativos), retirada, higienização, manuseio, armazenamento, carga/descarga, transporte e destinação final;
- A existência e desenvolvimento da cortina verde de entorno;
- Todos os dispositivos e equipamentos existentes, incluindo eficiência dos equipamentos, listando a incidência dos principais problemas de

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

manutenção corretiva, crônicos e/ou agudos apontados pelas unidades de operação e manutenção eletromecânica.

Para diagnóstico das estações de tratamento de esgoto deverão ser avaliadas as condições operacionais, com levantamento dos problemas de projeto, operação e manutenção observados e relatados pela área operacional de no mínimo dos seguintes itens:

- Avaliar a efetividade do sistema preliminar e impacto sobre os processos de tratamento decorrentes: acúmulo em CDFLs, obstrução de difusores de reatores, entupimentos de distribuidores do pós-tratamento, existência de materiais inertes em lodo e escuma;
- Avaliar as condições operacionais de todas as unidades que compõe a ETE levantando os problemas e melhorias necessárias;
- Avaliar os pontos de geração de odores e suas medidas de controle, como aplicação de produtos químicos, afogamento de CDFLs, suavização de cascateamentos, fechamento de pontos de emanações, cobertura de caçambas, entre outras;
- Levantar junto à operação, a existência de reclamações da vizinhança, ações judiciais, intervenções do poder concedente, associação de moradores, Ministério Público, quanto à identificação de maus odores;
- Avaliar a disponibilidade e as condições operacionais, manutenção e conservação dos dispositivos e equipamentos eletromecânicos;
- Avaliar o sistema de coleta e destinação de percolados e líquidos livres nos locais de acondicionamento, manuseio/remoção de resíduos e transporte;
- Avaliar a ocorrência de falhas eletromecânicas nos equipamentos devido a geração de resíduos, em especial areia, devido ao tipo de pavimento, tipo de solo, posicionamento da rede coletora: passeio, rua ou área sujeita a inundação;
- Avaliar processo de retirada, manuseio e destino dos resíduos sólidos do gradeamento, desarenador, das caixas de distribuição de fluxo e poços de sucção;

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

- Avaliar os procedimentos de descarga de lodo (metodologia, parâmetros orientativos), retirada, higienização, manuseio, armazenamento, carga/descarga, transporte e destinação final;
- Avaliar o sistema de acondicionamento dos resíduos, levantando os problemas e melhorias necessárias;
- Avaliar os procedimentos de descarga de escuma (metodologia, parâmetros orientativos), retirada, higienização, manuseio, armazenamento, carga/descarga, transporte e destinação final;
- Avaliar os dispositivos de lavagem de pneus e rodados;
- Avaliar o sistema de desaguamento em leitos: conformidade de ciclos de secagem x previsão de projeto, teor de sólidos na retirada, frequência e necessidade de reforma de camadas filtrantes, avaliar alternativas de melhoria de rendimento, entre outros;
- Caracterização dos produtos químicos utilizados, condições/problemas do laboratório, transporte, descarga (vazamentos), armazenamento de produtos, dispositivos para contenção;
- Avaliar o sistema mecânico de desaguamento:
 - Existência de resíduos (lixo) incompatíveis com passagem de sólidos dos equipamentos;
 - Falta de homogeneização/equalização (pouco tempo, acúmulo de resíduos no fundo e em superfície de tanques), formação de “cordas” na homogeneização, desgaste de equipamentos;
 - Problemas em selo mecânico/voluta/estator/lóbulos de bombas;
 - Problemas de montagem como posicionamento da tubulação de descarga de tanques, acúmulo de resíduos em tanques, de alimentação de bombas;
 - Acúmulo de resíduos (lodo, cal, lodo+cal) em parede de moegas, entupimento de rosca, silos, misturadores. Avaliar impactos da montagem (compatibilidade de sentido de rosca com paredes inclinadas, despejo de resíduos sobre mancais, ou antes, do início da helicóide de rosca, descarga de resíduos sobre mancais);

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

- Liberação de pó de cal/lodo, nas instalações de moegas, roscas e misturadores;
- Avaliar a destinação final de lodo e resíduos: disponibilidade de locais para destino, existência e impacto de sazonalidade na destinação, problemas logísticos com equipamentos de carregamento, transporte, disposição, aplicação (em caso de áreas agrícolas), disponibilidade de área de estocagem, compatibilidades destes itens em relação à legislação;
- Avaliar a geração de espuma no ponto de lançamento;
- Avaliar o sistema de descarte (entupimentos, extravasamentos, demanda de mão de obra, manutenção de equipamentos eletromecânicos/registros, cestos e grades);
- Avaliar a cortina verde de entorno. Verificar e avaliar o desenvolvimento da cortina verde de entorno, identificando áreas vazias e de potencial impacto baseado na direção dos ventos e existência de comunidade impactada em decorrência da falha de desenvolvimento da cortina. Avaliar possibilidade de ampliação e disponibilidade de terreno para implantação de cortina verde;
- Avaliar a existência ou não de recebimento de efluentes industriais, descrevendo as condições e locais de lançamento e os eventuais problemas ocasionados;
- Avaliar as ações e, estrutura de eliminação e/ou minimização de riscos de contaminação ambiental em casos de interrupção de fornecimento de energia elétrica, falhas eletromecânicas ou operacionais;
- Avaliar e analisar também eventuais problemas de escoamento de águas pluviais na área da unidade e nos acessos internos e externos;
- Informações do controle operacional tais como:
 - Vazões: tomar como base os dados fornecidos pela Sanepar, fazendo a consistência dos mesmos pelo número de ligações;
 - Velocidades, tempos de detenção, eficiências, cargas orgânicas, perfis hidráulicos, tempos de funcionamento médios, mínimos e máximos dos equipamentos;

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

- Citar dados constantes da LO (número, validade, parâmetros, entre outros).
- Além dos itens relacionados anteriormente deverão ser apresentados:
- Análise crítica dos resultados analíticos dos parâmetros apresentados na Tabela 5 e os parâmetros operacionais e, confrontá-los aos limites estabelecidos na licença de operação da ETE, e os recomendados pelo projeto e literatura;
- Análise crítica dos resultados das análises dos parâmetros físico químico e microbiológicos dos lotes de lodo descritos na resolução CONAMA 375/2.006 em caso de disposição agrícola apresentar também a análise dos parâmetros agronômicos;
- Para ETEs com reatores anaeróbios deverão ser avaliados os seguintes tópicos:
 - Estrutura de distribuição de vazão;
 - * Acumulação de escuma no interior do separador trifásico; dificuldades com o descarte de lodo dos reatores; corrosão e emissões odorantes; gases de efeito estufa e emissões fugitivas de metano; qualidade do efluente;
 - * A existência, tipo e funcionamento do sistema de queima e/ou aproveitamento de biogás;
- Caso haja portarias de Outorga, comparar e avaliar a situação do atendimento às exigências da Portaria de Outorga quanto à:
 - Vazões (máxima, média e mínima) da ETE com vazão outorgada e vazão sanitária;
 - * As concentrações de DBO, DQO e OD com os limites da Outorga quanto a discrepâncias;
 - Outras condicionantes e exigências, tais como análises dos parâmetros no ponto de lançamento e corpo receptor, e frequências de monitoramento;
 - Caso exigido, avaliar o cumprimento de Metas Progressivas.

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

Corpo Receptor

Descrever, para cada corpo receptor, a classe, vazões e concentrações máximas outorgadas, citando as Portarias de Outorga, com a validade e exigências adicionais como apresentação ou cumprimento de Metas Progressivas. Apresentar características cadastrais, informações oriundas do controle operacional, tais como:

- Vazões e níveis máximos e mínimos;
- Qualidade da água in natura: apresentar os resultados das análises físico-químicas e bacteriológicas existentes do corpo receptor, no ponto de lançamento, montante e jusante. Caso necessário, deverá ser solicitado à Gerência responsável pela operação do sistema a realização de uma coleta de amostra para análise físico-química e bacteriológica em três pontos (ponto de lançamento, montante e jusante) no dia coincidente com o da coleta da amostra do efluente da ETE (Item anterior).

As análises necessárias deverão ser solicitadas pela Gerência gestora do Contrato à Gerência Avaliação Conformidades (GACF), da Sanepar. A Tabela 6 apresenta uma relação dos parâmetros analíticos a serem determinados. Sendo, no mínimo, necessários os parâmetros utilizados para elaboração de estudo do consumo de oxigênio dissolvido e da autodepuração dos cursos de água, conforme Diretriz de Projeto específica. Outros parâmetros poderão ser solicitados, em função das características de cada Estudo.

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

Tabela 6 - Parâmetros físico-químicos e bacteriológicos a serem analisados no corpo receptor

Características	Unidade	Standard Methods (SM) / ABNT
Clorofila (caso de Lagoa de estabilização)	mg Clorofila/m ³	SM 10200 H
Coliformes Fecais – CF	UFC/100ml	SM 9222 D
Coliformes Totais – CT	UFC/100ml	SM 9222 B
Demandra Bioquímica de Oxigênio DBO	mg/L O ₂ DBO5	SM 5210 B
Demandra Química de Oxigênio DQO	mg/L O ₂	SM 5220 B ou C
Fosfato Total - PO ₄	mg/L - P	SM 4500 D
Óleos e Graxas - OG	mg/L	SM 5520 B
Oxigênio Dissolvido - OD	mg/l O ₂	SM 4500-O D
PH	-	SM 4500-H ⁺ B
Sólidos Sedimentáveis - SED	ml/L/h	SM 2540 C
Sólidos Suspensos Totais - SST	mg/L	SM 2540 D
Temperatura	° C	SM 2550 B

Citar condições extremas de estiagens e de enchentes, assim como as condições sanitárias e ambientais da bacia, considerando inclusive todas as interferências localizadas a montante e a jusante.

Sistemas Elétricos e de Automação

Descrever tipo e capacidade, características principais dos equipamentos, dispositivos de proteção e comando, condições de funcionamento e estado de conservação, incluindo análise de incidência de manutenção corretiva e falha.

3.9.2 Elementos para Concepção do Sistema

3.9.2.1 Eficiência operacional

* Apresentar os seguintes indicadores:

- IARCE;
- Volume tratado esgoto residencial;
- Volume tratado esgoto total;

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

- Metas do contrato de programa.

3.9.2.2 Estimativa da população

Conforme o Item 3.4 Estimativa Populacional deste documento.

3.9.2.3 Zonas Características da cidade

Delimitar a área para a qual será projetado o sistema, após a delimitação da área do projeto considerar as características atuais, tendências futuras, e principalmente o Plano Diretor do Município, Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano (Zoneamento), Lei de Parcelamento do Solo para Fins Urbanos, Lei do Perímetro Urbano e da Expansão Urbana, delimitar as zonas residenciais, comerciais e industriais da cidade. Verificar na prefeitura e nas unidades regionais a existência de novos loteamentos e definir os vetores de crescimento.

A partir desta delimitação e levando em conta os resultados do estudo populacional, definir os padrões de ocupação atual e futuro de cada uma dessas zonas, bem como as densidades demográficas em cada época notável de projeto. Cada zona característica poderá se subdividir em outras, se isto auxiliar o desenvolvimento do projeto.

Evidentemente que em áreas estritamente industriais ou predominantemente comerciais, o dimensionamento do sistema coletor será baseado em critérios especiais a serem definidos e justificados pela contratada.

Apresentar, considerar e justificar as características e abrangências das bacias a serem atendidas e as que estão previstas para a expansão natural da cidade.

Apresentar as áreas de projeto em plantas na escala 1:5.000 ou 1:10.000.

Dividir a área de projeto em sub-bacias de drenagem levando em conta apenas os aspectos topográficos.

Prescrições para Elaboração e apresentação de Estudo Técnico Preliminar

3.9.2.4 Vazões de Contribuição

Para definição da taxa ou taxas per capita a serem utilizadas, apresentar estudos de consumo e de demanda de água. De acordo com as características da área de projeto, densidades demográficas diferenciadas calculadas anteriormente e base de dados informatizada da Sanepar, definir os valores de consumo per capita.

Calcular as vazões de contribuição e apresentar em tabelas (Tabela 7) por sistema, bacia e sub-bacias separadamente, ano a ano, a partir do ano de execução do projeto, e para o ano de saturação.

Para o dimensionamento da rede coletora, utilizar as vazões mínimas de início de plano e máximas horárias de saturação. Para o dimensionamento dos interceptores, elevatórias e linhas de recalque, utilizar as vazões máximas horárias de final de plano.

Cada tabela conterá, no mínimo, as seguintes informações: população total, população atendida, percentual de atendimento, número de ligações e de economias domiciliares existentes e incrementais, extensão de rede coletora existente e projetada por tipo de material, per capita de contribuição adotado ($l / hab \times dia$), índice de economias domiciliares / ligações totais, vazões doméstica, de infiltração e sanitária (média, máxima diária, máxima horária e mínima).

Indicar claramente as vazões concentradas provenientes dos grandes consumidores (indústrias ou comércio de porte) por sub-bacia, com identificação qualitativa e quantitativa por estabelecimento e a sua respectiva distribuição no tempo (lançamento por batelada ou contínuo).

Utilizar estas vazões para o pré-dimensionamento das unidades que irão compor as diversas alternativas de projeto, bem como para definição do estagiarimento das obras.

***PRESCRIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR***

Tabela 7 - Vazões de contribuição (por sub-bacias, bacias e sistema).

Ano	Área (ha)	População Total (hab)	Economias Residenciais Totais	Atendimen- to (%)	População Atendida (hab)	Economias Residenciais Atendidas	Consumo per capita l/hab.dia	Extensão rede (m)				Q Infiltração (l/s)	Q _{Sanitária} (L/s)				
								Existente		Projetada			mínima	média	máxima diária	máxima horária	
								Tipo de material	Tipo de material	Tipo de material	Tipo de material						
Ano de projeto																	
1º ano de operação																	
... ano de operação																	
... ano de operação																	
... ano de operação																	
... ano de operação																	
... ano de operação																	
... ano de operação																	
... ano de operação																	
... ano de operação																	
... ano de operação																	
xxº ano de operação																	
Saturação																	

**PRESCRIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

3.9.2.5 Parâmetros qualitativos do esgoto

Para a qualificação do esgoto coletado a ser tratado devem ser seguidos os itens abaixo:

- 1) Análise dos resultados dos parâmetros obtidos a partir de coletas de amostras do esgoto no sistema existente. As coletas e análises laboratoriais necessárias serão feitas pela Sanepar, se possível antes do início do Estudo;
- 2) Quando da implantação de SES, sem dados históricos específicos do local, adotar como parâmetro dados operacionais de algum sistema de coleta e tratamento próximo na região, cuja população local tenha hábitos e costumes similares ao município em estudo. Solicitar à Sanepar (Gerência Regional – GR; Gerência Processo Esgoto – GPEG) os dados do sistema a ser usado como comparação.
- 3) Avaliar a existência de sistema de coleta de esgoto que abranja alguma região, que possa ou não contar com sistema de tratamento local, para servir de parâmetro de comparação.

Entretanto, na ausência, impossibilidade ou se os parâmetros definidos estiverem incompatíveis com as características de esgoto doméstico, descritas em literatura, a contratada deverá propor os parâmetros preconizados nas Normas Brasileiras (ABNT) ou na própria literatura, desde que devidamente justificados e aprovados pela Sanepar.

Considerar as exigências estabelecidas na Outorga e no Licenciamento Ambiental para definição da solução técnica a ser adotada. Considerar também os dados operacionais e as exigências ambientais no estudo da escolha da solução técnica a ser adotada para o processo de tratamento.

PRESCRIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

3.9.3 Estudo dos Corpos Receptores

Realizar a proposição de possíveis corpos receptores em conformidade com a legislação ambiental vigente, bem como verificar o enquadramento de cada corpo receptor definido pelo órgão gestor de recursos hídricos ou Comitê de Bacia.

Descrever os corpos receptores quanto à situação face às condições urbanísticas e topográficas da cidade.

Para cada alternativa de corpo receptor avaliar vazões mínimas, médias e máximas no ponto de lançamento do efluente, com a elaboração das curvas de permanência (construídas a partir das vazões médias diárias) utilizando estudos hidrológicos baseados na série histórica disponível, e, na falta dela, estudos de regionalização, atendendo as Diretrizes Ambientais para Elaboração de Estudo de Disponibilidade Hídrica e Qualidade da Água para SES, do MPS – Sanepar. Independente da metodologia, a legislação relativa à Outorga deve ser obedecida para a avaliação da vazão de referência.

Realizar consulta formal ao órgão gestor de recursos hídricos, conforme a dominialidade do corpo hídrico, quanto aos outros usuários outorgados a montante e a jusante. Avaliar os impactos potenciais relacionados a outros usuários outorgados e empreendimentos hidrelétricos, especialmente outras captações ou lançamento de efluentes da própria Sanepar, situados a montante ou jusante do lançamento.

Selecionar os corpos receptores do efluente em função de sua viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental levando em consideração a capacidade do corpo receptor, usos a montante e a jusante, vazões de diluição disponíveis, cargas poluidoras existentes e previstas, estudo de autodepuração, entre outros.

Efetuar para cada caso, a avaliação do grau necessário de tratamento dos esgotos em função dos parâmetros da legislação ambiental e de recursos hídricos vigentes. Avaliar também, para cada caso, a zona de mistura no ponto de lançamento do efluente. Caso necessário, realizar o levantamento topográfico da seção no ponto de lançamento das alternativas viáveis, conforme as Diretrizes Ambientais para Elaboração de Estudo de Disponibilidade Hídrica e Qualidade da Água para SES, do MPS – Sanepar.

PRESCRIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Apresentar as seguintes informações mínimas referentes aos corpos receptores:

- Nome e planta hidrográfica dos possíveis corpos receptores com indicação dos pontos de descarga em estudo;
- Estimativa da área da bacia, vazões mínimas, vazões já outorgadas a montante e a jusante, vazões outorgáveis e condições de re-aeração de cada corpo receptor, no ponto de descarga pretendido, conforme a legislação ambiental vigente;
- Vazão de lançamento para início e final de plano;
- Usos gerais das águas a jusante e a montante do ponto de descarga desejado;
- * Coordenadas UTM – Datum SIRGAS2000 dos pontos de lançamento para cada corpo receptor avaliado;
- Avaliar e descrever sistema de monitoramento de quantidade (dispositivos hidrométricos) e qualidade da água a montante e a jusante, se houver.

3.9.4 Estudo dos Aspectos e Impactos Ambientais

Analizar a área de influência do empreendimento, observando os seguintes itens:

- Impacto na comunidade;
- * Para todas as alternativas de concepção de unidades lineares e localizadas, buscar soluções que minimizem a necessidade de supressão vegetal. Caso ainda seja necessária autorização florestal para a alternativa escolhida, determinar a área total para qual deverá ser requerida a autorização e apresentar justificativa;
- No caso da instalação e utilização de qualquer produto tóxico e/ou agressivo, verificar as normas, legislações e especificações técnicas de segurança pessoal e ambiental (como local ventilado, condições de armazenamento e manuseio, distância da área habitada, sistema de

PRESCRIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

detecção e contenção de vazamento, plano de ação em situações de emergência, entre outros);

- Adotar soluções que visem à limitação e/ou eliminação de fonte e propagação de ruídos acima dos limites previstos na legislação trabalhista, sanitária e ambiental, tanto no ambiente interno quanto no externo;
- * Adotar soluções que visem à limitação e/ou eliminação de emissões de gases de efeito estufa e propagação de maus odores tanto ao ambiente interno e quanto ao externo à área. Para garantir análise desse item a contratada deve preencher a ferramenta disponibilizada pela IA/AMB/0460 pelas instruções da IT/AMB/0332;
- Prever recuperação da área com cobertura vegetal adequada no caso de necessidade ou existência de desmate;
- * Prever cortina verde nas áreas de tratamento, com o plantio de espécies adequadas, conforme Módulo 12.10 - Diretrizes Ambientais - Cortina Verde;
- * Contemplar estudo de alternativas de destinação para os resíduos gerados no sistema de tratamento e estações elevatórias;
- Analisar o ponto de lançamento de efluentes, quanto à existência ou não de alguma restrição por parte do órgão ambiental e de recursos hídricos, ou quanto a alguma restrição nas atividades da comunidade em relação ao corpo receptor. Dar especial atenção quanto à possibilidade de existir uma captação de água, a jusante, para abastecimento público;
- Aplicação de processos que utilizem produtos químicos menos agressivos ao meio ambiente;
- Prever sistemas ambientalmente corretos de desidratação, armazenamento, manuseio, carga / descarga, transporte e destino final para o lodo, para a escuma e para o material retido no desarenador e no gradeamento.
- Para auxiliar na verificação da legislação ambiental, a contratada deverá consultar as versões vigentes dos seguintes documentos da Sanepar: IT/AMB/0279 Requisitos Ambientais em Projetos de Saneamento, e

**PRESCRIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

IA/AMB/0412 Checklist Requisitos Ambientais em Projetos de Saneamento.

3.9.5 Alternativas de Concepção Técnica do Sistema

Atender ao disposto no Item 3.8.3 Alternativas de Concepção Técnica do Sistema.

3.9.5.1 Geração das Alternativas de Concepção tecnicamente viáveis

Atender ao disposto no Item 3.8.3.1 Geração das Alternativas de Concepção tecnicamente viáveis.

3.9.5.2 Alternativa de Concepção Técnica Ótima

Atender ao disposto no Item 3.8.3.4 Alternativa de Concepção Técnica Ótima.

3.9.6 Alternativas de Projeto

Os referidos estudos gerarão um determinado número de alternativas de projeto, a partir da alternativa de concepção técnica ótima.

3.9.6.1 Geração das Alternativas de Projeto

Uma Alternativa de Concepção Técnica poderá gerar várias Alternativas de Projeto pelas diferentes formas que forem concebidas e dispostas as unidades componentes na área de projeto (locais alternativos de implantação da ETE, tipo de processo de tratamento, tipos de concepção de elevatórias, tipos de equipamentos, entre outros).

A partir do conjunto das Alternativas de Concepção Técnicas Viáveis estudadas serão geradas as alternativas de projeto levando em consideração os fatores operacionais, de manutenção, econômicos, financeiros e ambientais que podem influir nos sistemas tecnicamente concebidos.

PRESCRIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Elaborar o pré-dimensionamento dos componentes de cada alternativa do sistema para diversos períodos de projeto, a fim de possibilitar a determinação do período ótimo de cada unidade, levando em consideração a otimização econômica e a regulação.

Considerar custos referentes a faixas de domínio e travessias.

Para o estudo de alternativas de projeto, fazer reconhecimento expedito do terreno e do subsolo.

Fazer o reconhecimento do terreno in loco, com traçados preliminares efetuados em plantas planialtimétricas disponíveis.

Essas investigações terão o objetivo de certificar se a alternativa é exequível em termos técnicos de implantação, verificando-se as condições topográficas da linha ou local e a ocorrência de acidentes geográficos especiais.

Quando contratante e/ou contratada julgarem necessário, em função das características da(s) alternativa(s), consultar o órgão ambiental sobre a(s) alternativa(s) com o objetivo de obter uma avaliação prévia. Para apoiar nesta consulta, contatar à Gerência gestora do contrato, da Sanepar.

Apresentar os memoriais detalhados que descrevem os critérios, parâmetros e custos utilizados ou assumidos nos estudos.

Sempre que possível, incorporar avanços tecnológicos disponíveis nas soluções técnicas do Estudo Técnico Preliminar, buscando-se comprovar se os resultados obtidos são iguais ou superiores às soluções básicas usuais. Submeter à apreciação da Sanepar.

Cada Alternativa de Projeto conterá, no mínimo, os itens seguintes:

Geral

Apresentar quadro resumo de vazões de demanda.

Apresentar todas as unidades através de croquis esquemáticos que permitam uma perfeita avaliação das alternativas. As alternativas terão seus esquemas gerais apresentados nas plantas topográficas em escala 1:5.000 e/ou 1:10.000.

PRESCRIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Rede Coletora

Apresentar cadastro digitalizado existente e/ou atualização do mesmo, conforme Termo de Referência, com o traçado, diâmetro, material, extensões, profundidades, interceptores e emissários por sub-bacias, bacias e total. Traçar o leiaute da rede coletora em escala adequada ao formato A1, com curvas de nível a cada 5 metros, sentido do fluxo, edificações e arruamento.

Após leiaute aprovado, proceder ao desenvolvimento do dimensionamento da rede projetada, com a simulação hidráulica da rede existente e projetada, considerando as interferências geradas pelas interligações e obedecendo aos critérios descritos a seguir. Outros critérios poderão ser adotados, desde que justificados e aprovados pela Sanepar.

- **Rede simples ou rede dupla**

Projetar redes duplas. A rede simples só será projetada com avaliação e aprovação da Sanepar.

- **Diâmetro**

O diâmetro mínimo a ser utilizado no dimensionamento da rede coletora será de DN 150 mm.

- **Materiais**

No dimensionamento da rede estudar e comparar alternativas de aplicação de diferentes materiais, em função da acessibilidade técnica, econômica e ambiental de cada material. Por exemplo, para uma determinada rede coletora estudar uma alternativa utilizando tubos de PVC, outra alternativa utilizando tubos de PEAD, outra de PVC-O, etc. Consultar as Normas Técnicas da Sanepar referentes aos materiais de tubulações e suas aplicações (Módulo Notas Técnicas, do MPS – Sanepar).

- **Profundidade**

As profundidades dos coletores serão determinadas de acordo com as condições de cada trecho projetado, levando-se em consideração:

- A posição do trecho considerado em relação aos demais trechos do mesmo coletor;
- O nível das soleiras das edificações a serem esgotadas;

PRESCRIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

- A distância do coletor ao alinhamento médio das edificações a serem esgotadas.

Profundidades maiores do que as determinadas segundo os critérios acima, somente serão admitidas em casos excepcionais, técnica e economicamente justificáveis e aprovadas pela Sanepar.

Projetar todas as tubulações levando-se em consideração as possíveis rupturas por efeito das cargas sobre as tubulações, tendo-se em vista a largura e a profundidade da vala, de acordo com o MOS.

- **Localização**

Em áreas acidentadas, locar o coletor, de preferência, na parte mais baixa do terreno.

Levar em consideração a largura do passeio, obstáculos como arborização, sistema de distribuição de eletricidade, tubulação de drenagem, de telefone, de gás e outros.

- **Mudança de Diâmetro**

Na mudança de diâmetro das canalizações, rebaixar suficientemente a geratriz inferior da de maior diâmetro, para manter o mesmo gradiente hidráulico.

- **Vazões de Cálculo**

Calcular, para todos os trechos, as vazões de início de plano e saturação, sendo considerado um valor mínimo de 1,5 l/s.

- **Inspeções Tubulares**

Em todos os nós ou pontos notáveis da rede coletora, prever a implantação de inspeções tubulares de maneira a permitir o planejamento e controle da operação do sistema coletor.

Detalhar os diversos tipos de inspeções tubulares que possam ser utilizados no projeto, conforme padrão MOS.

Coletores, Interceptores, e Emissários por gravidade

* De modo geral, aplicar ao estudo dos coletores, interceptores e emissários, o que foi previsto no item referente à rede coletora, conforme Nota Técnica 40 do MPS.

PRESCRIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Considerar no seu dimensionamento hidráulico as vazões máximas horárias de final de plano.

Considerar os efeitos de equalização de vazão (abatimento de picos) nos coletores, interceptores e emissários longos. Tomar especial cuidado no que diz respeito ao controle de remansos. Justificar tecnicamente a utilização de tubos de quedas e de grandes deflexões no alinhamento em planta.

No dimensionamento do emissário de lançamento, atentar para as cotas de enchente do corpo receptor, evitando o refluxo no sistema de tratamento.

Estações Elevatórias

Para as estações elevatórias:

- Apresentar a localização e o pré-dimensionamento completo das estações elevatórias, que conterá a definição da quantidade e da potência dos conjuntos motobombas;
- Indicar a distância da linha de suprimento de energia elétrica e a tensão;
- Apresentar condições de acesso para operação e manutenção e suprimento de água para consumo humano e higiene;
- Avaliar risco de alagamento e dispositivos de controle de inundação/alagamento, onde aplicável;
- Apresentar também, para cada alternativa, soluções com os respectivos custos para casos de parada accidental da elevatória (falta de energia elétrica, problemas eletromecânicos, problemas operacionais no gradeamento, entre outros) e parada programada (limpeza periódica), para evitar o extravasamento da unidade;
- Estudar a possibilidade de parada operacional parcial e total nos horários de pico da tarifação de energia elétrica e de utilização de fonte própria de geração nesse período;
- Avaliar os custos operacionais gerados por cada uma das alternativas;
- Para o(os) local(ais) de implantação da(s) elevatória(s) averiguar possíveis impedimentos para futura desapropriação.

**PRESCRIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Linhas de Recalque

Apresentar o pré-dimensionamento das linhas de recalque de todas as alternativas, contendo:

- Extensões;
- Material e diâmetro;
- Traçado justificado em função de características topográficas e do uso do solo;
- Profundidade média;
- Se o traçado está em vias abertas ou áreas fechadas.

Tratamento

Os estudos e projetos de Estações de Tratamento de Esgotos – ETEs devem ser precedidos por uma avaliação da capacidade de diluição e autodepuração do corpo receptor, levando-se em conta a legislação ambiental vigente, com o objetivo de verificar o grau de tratamento a ser implantado. Os estudos de diluição e de autodepuração do corpo receptor devem seguir os critérios estabelecidos no módulo Diretrizes Ambientais para Elaboração de Estudo de Disponibilidade Hídrica e Qualidade da Água para SES, do MPS – Sanepar.

O esgoto deve ser caracterizado quanto aos aspectos quantitativos e qualitativos. Quanto ao aspecto quantitativo, devem ser apresentadas as vazões de origem doméstica, comercial, industrial, pública e de infiltração. Sob o aspecto qualitativo devem ser avaliadas minimamente as concentrações de DBO5, DQO, pH, sólidos suspensos totais, sólidos voláteis, nitrogênio, fósforo e substâncias específicas provenientes do recebimento de efluentes não domésticos.

Na ETE a ser projetada devem ser considerados, obrigatoriamente, os seguintes dispositivos:

- Dispositivo de controle de picos de vazão;
- Dispositivos de controle de inundação/alagamento, onde aplicável;
- Medidor de vazão de esgoto bruto e tratado;

PRESCRIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

- Tratamento preliminar com grades e caixa de areia;
- No caso de desinfecção e/ou controle de maus odores com gás cloro, devem ser previstos sistemas de controle e planos de emergência para a ETE e vizinhança.

Além desses dispositivos, devem ser previstos remoção, tratamento e disposição final de lodo, escuma e demais resíduos gerados na ETE. Toda ETE deve ser convenientemente modulada para permitir flexibilidade operacional e para minimizar os investimentos iniciais e a ociosidade nas instalações.

Para canais do tratamento preliminar e estações elevatórias de processo, devem ser avaliadas as opções de modulação considerando impacto da vazão de início de plano e progressão prevista sobre os níveis de operação e velocidade nos canais, de forma a evitar velocidades baixas e com acúmulo de resíduos, e impacto sobre o mecanismo de grades e equalização da distribuição de desarenadores.

O arranjo das unidades de tratamento deve ser convenientemente estudado, procurando-se minimizar a área ocupada, os problemas de odores, as perdas de carga e o trajeto das tubulações, facilitando a circulação, sua operação e sua manutenção, além de apresentar um aspecto visual equilibrado e agradável.

Para a estação elevatória de recuperação de nível que antecede a ETE, considerar a possibilidade e condições de acúmulo de areia, resíduos fibrosos e lixo em poços de sucção e canais anteriores a bombas, especialmente em condições de início de plano e frequência de operação em níveis acima do previsto (chuva), por falta de capacidade de escoamento – gradeamento/desarenador e mecanismos de controle de nível (automação de comportas e válvulas).

Para a escolha do processo de tratamento, inicialmente, em conjunto com a Sanepar, devem ser analisados os vários processos existentes, levando-se em conta condicionantes locais e selecionando os que forem considerados viáveis. Após essa análise, existindo mais de uma opção, os processos devem ser pré-dimensionados, orçados preliminarmente e comparados sob os pontos de vista técnico, econômico, financeiro e ambiental, optando-se pelo processo considerado mais vantajoso, em comum acordo com a Sanepar.

Para a escolha da Alternativa Ótima, a contratada deverá no mínimo:

PRESCRIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

- Apresentar o pré-dimensionamento completo das unidades e equipamentos componentes da ETE com leiaute de todas as alternativas;
- Para as ampliações de estações já existentes, através do estudo dos dados de vazão afluente, realizado anteriormente, verificar a vazão de dimensionamento das unidades;
- Para o estudo e definição dos locais de tratamento, considerar todos os pólos tecnicamente possíveis de serem implantados;
- Também para todas alternativas pesquisar junto aos órgãos atuantes na região se a implantação da obra não sofrerá intervenções a curto ou longo prazo, apresentando relatório das consultas;
- Para o(s) local(ais) de implantação da(s) ETE(s) averiguar possíveis impedimentos para futura desapropriação, e se a área, total ou parcial, é legalmente protegida (APPs, UCs, terras indígenas, áreas quilombolas, sítios arqueológicos, ou outra);
- Descrever também, as condições de acesso às áreas, assim como a viabilidade de atendimento com energia elétrica e água potável;
- Quanto às concepções para tratamento de esgoto considerar também tecnologias inovadoras, com comprovada eficiência em escala real e desde que seja fornecida por mais de um fabricante;
- Realizar estudo logístico, econômico, financeiro e ambiental para definição da melhor alternativa para tratamento e destinação final dos resíduos sólidos gerados (lodo, escuma, areia e resíduo retido no gradeamento), se em um único pólo por região ou por sistema ou por estação de tratamento;
- Na definição do leiaute da estação de tratamento levar em consideração a direção dos ventos predominantes, para evitar a incidência de odores. No desenho do leiaute da ETE apresentar um detalhe mostrando a direção predominante do vento na região;
- * Para ETEs com tratamento anaeróbio da fase líquida (RALFs/UASBs) ou digestão de lodo, que atendam vazões iguais ou superiores a 250 L/s (conforme o Projeto Brasil-Alemanha de Fomento ao Aproveitamento Energético de Biogás no Brasil – PROBIOGÁS), deverá ser realizado

PRESCRIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

estudo técnico, econômico e ambiental para o aproveitamento do biogás para a produção de energia. A contratada deve realizar o cálculo da viabilidade técnico-econômica de sistema de aproveitamento do biogás, conforme orientações disponíveis nas referências abaixo, bem como as orientações da Sanepar:

<https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/probiogas/Probiogas-EVTE-ETEs.pdf>;

<https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/probiogas/probiogas-guia-etes.pdf>;

Para ETEs que atendam vazões inferiores a 250 L/s poderá ser solicitado no Termo de Referência o estudo técnico, econômico e ambiental para o aproveitamento do biogás para a produção de energia.

- Caso esteja previsto no Termo de Referência, para ETEs com tratamento anaeróbio verificar a viabilidade de utilização do biogás gerado para higienização do lodo gerado (Sistema Térmico de Higienização de Lodo de Esgoto – STHIL, ou outro);
- Apresentar para cada alternativa, de forma resumida, planos para situações de emergência, tais como vazões excedentes, alagamento que comprometem a eficiência e a estrutura física, by-pass de unidades para manutenção, entre outros;
- Estudar a possibilidade de parada operacional parcial e total nos horários de pico da tarifação de energia elétrica e de utilização de fonte própria de geração nesse período. Avaliar os custos operacionais gerados por cada uma das alternativas.

3.9.6.2 Etapas de atendimento

Determinar os períodos ótimos das etapas para implantação de unidades com modulações de maior porte (elevatórias, ETE, etc.) e o estagiamento de obras de ampliação sistemática (rede coletora) para todo o período de projeto. Para essa definição levar em consideração principalmente, os fatores econômicos e financeiros,

PRESCRIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

o crescimento da demanda na área de projeto, fatores físicos como as características topográficas e geológicas, obras complementares como elevatórias de reversão, emissários extensos, travessias e fatores operacionais. No caso da rede coletora, a implantação imediata restringir-se-á ao atendimento das regiões da cidade com densidade demográfica justificável, na época de elaboração do projeto.

As diretrizes relativas à regulação deverão ser observadas para determinação do período ótimo das etapas de implantação.

3.9.6.3 Alternativa Econômica Preliminar

Atender ao disposto no Item 3.8.4.5 Avaliação Econômica Preliminar.

3.9.6.4 Alternativa Ótima de Projeto

A Alternativa Ótima de Projeto é aquela que, dentre todas as alternativas de Projeto, se sobrepõe quanto às características de implantação, operacionais, técnicas, ambientais, econômicas, financeiras, e que atende às condições descritas no Termo de Referência em relação à Legislação Ambiental e de Recursos Hídricos.

Elaborar uma descrição completa da Alternativa Ótima de Projeto, incluindo características de implantação, operacionais, técnicas, ambientais, custos de implantação e de operação.

Para a Alternativa Ótima, realizar consultas à Prefeitura Municipal e ao Órgão Ambiental, para a verificação da viabilidade de implantação das unidades nos locais definidos. Para a Prefeitura, a Sanepar encaminhará Carta solicitando à sua anuência quanto a instalação do empreendimento; para o Órgão Ambiental a Sanepar poderá fazer consulta prévia ou protocolar as solicitações de Outorga/Licenciamento Ambiental, em função da necessidade.

PRESCRIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Planejamento e Controle da Operação

* Com relação ao nível de automação pretendido para a Alternativa Ótima, apresentar descriptivo das características de automação do sistema proposto, contendo, entre outras orientações do MPS como a Nota Técnica 41:

- Pré-dimensionamento dos equipamentos (potência x ponto de operação);
- Tempo de operação dos equipamentos (horas/dias);
- Definição das variáveis a serem monitoradas e/ou controladas;
- Definição das variáveis de controle dos conjuntos motobombas com inversores de frequência (pressão, vazão, etc.);
- Fluxograma de Processo.

Para definição do porte avaliar a situação atual e a futura com a ampliação projetada dos sistemas, se ocorrer do sistema ficar na faixa entre os dois tamanhos classificar pelo menor e projetar na obra de ampliação a implantação de automação compatível.

Memorial de Cálculo

Apresentar, em forma de memorial e em volume separado, todos os cálculos e estudos gráficos que tenham sido elaborados para o presente estudo técnico preliminar em todas as suas fases.

Serão apresentados:

- Resultado do dimensionamento das elevatórias e estações de tratamento de esgoto;
- * Resultado da simulação hidráulica do sistema coletor (rede coletora, coletores, interceptores e emissários, conforme Nota Técnica 40 do MPS), em forma de planilha, conforme o modelo apresentado na Tabela 8 ou outro contendo as mesmas informações

PRESCRIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Tabela 8 - Dados Finais da Rede de Esgoto

PRESCRIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Desenhos

* Elaborar cada desenho de acordo com as normas da ABNT e atender o Módulo 9.12 do MPS. As escalas a serem consideradas serão especificadas nos itens seguintes. Outras escalas poderão ser adotadas, se aprovadas pela Sanepar.

Os desenhos abrangerão, no mínimo, os seguintes itens:

- **Leiaute Geral do Sistema**

Apresentar o leiaute geral do sistema em planta, em escala adequada ao formato A1, de forma que possibilite clareza e objetividade. Farão parte do leiaute os seguintes itens:

- Sistema existente;
- Delimitação de sub-bacias, bacias e limite de projeto, indicando o estagiamento da implantação com características quantitativas do sistema de esgoto.
- Delimitação de UCs, APPs e outras áreas legalmente protegidas, se existentes;
- Sistema proposto contendo as unidades projetadas (traçado de coletores tronco, interceptores e emissários por gravidade, elevatórias, linhas de recalque, ETEs e obras especiais) e existentes aproveitadas.
- * Direção predominante do vento.

- **Sistema de Coleta**

Apresentar a rede coletora em escala adequada ao formato A1, divisores das bacias e das sub-bacias, limite de projeto, com curvas de nível a cada 5 metros, sentido do fluxo, cadastro das edificações, arruamento com nomes, nº do trecho e do dispositivo de acordo com a planilha de dimensionamento.

Apresentar o traçado e identificação dos coletores, interceptores, emissários e linhas de recalque. Indicar em planta, as travessias, sifões, elevatórias e obras especiais.

PRESCRIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

- Coletores, Interceptores, Emissários por Gravidade e Linhas de Recalque
Os coletores, interceptores, emissários, tubulações de recalque e extravasores, deverão ser apresentados em planta e perfil com indicação do tipo e localização das travessias, se houver.

- Estação Elevatória de Esgoto
Para as Estações Elevatórias componentes da alternativa ótima, apresentar as seguintes peças gráficas:
 - Planta básica de locação;
 - Descritivo básico dos principais equipamentos.

- Estação de Tratamento de Esgoto
Para as Estações de Tratamento componentes da alternativa ótima, apresentar as seguintes peças gráficas:
 - Planta básica de locação e interligação;
 - Perfis hidráulicos (fase líquida e sólida);
 - Descritivo básico dos principais equipamentos.

3.10 Estudos de Cota de Inundação

Quando previsto no Termo de Referência, para as unidades do SAA ou SES, em especial as localizadas e as travessias de cursos de água, deverá ser apresentado o estudo de cota de inundação.

Esse estudo aponta a cota correspondente à máxima cheia provável que pode ocorrer durante a vida útil da unidade, a partir de um risco assumido de que a estrutura venha a ser inundada, após considerações de ordem econômica, ambiental e de segurança das populações que possam ser afetadas. Assim, será definida uma localização segura para a implantação do empreendimento de saneamento em questão, de modo a ficar fora do alcance de inundações menores ou iguais ao risco relacionado.

PRESCRIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

* Para a elaboração dos estudos hidrológicos e hidráulicos que definirão a cota de inundação deverão ser seguidas as Diretrizes Ambientais para Elaboração do Estudo de Cota de Inundação (Módulo 12.1), do MPS – Sanepar.

* Os levantamentos topográficos necessários para o estudo de cota de inundação deverão ser quantificados considerando também as Diretrizes Ambientais para Elaboração do Estudo de Cota de Inundação (Módulo 12.1), do MPS – Sanepar.

3.11 Estimativa dos Serviços para elaboração do Projeto Básico de Engenharia

A contratada deverá apresentar um relatório contendo desenho em planta com a estimativa da quantidade de serviços necessários para a elaboração do Projeto Básico de Engenharia da Alternativa Ótima de Projeto, tais como: extensão de adutoras, emissários, interceptores, linhas de recalque; áreas para a implantação de unidades localizadas; extensão de travessias; entre outros.

Deverá inserir também o quantitativo dos serviços de topografia, sondagens, ensaios geotécnicos, pesquisas de interferências, pesquisas de pavimentos, etc. a serem contratados no Projeto Básico de Engenharia.

3.12 Elementos para obtenção de Licenciamento Ambiental

Com a definição da Alternativa Ótima de Projeto, avaliar a necessidade de solicitação de licenciamento ambiental e respectivos documentos a serem preenchidos, como também elaboração dos estudos ambientais, conforme definido nas Diretrizes Ambientais do MPS – Sanepar.

3.13 Elementos para obtenção de Outorgas

No desenvolvimento dos elementos para obtenção de Outorgas para Sistemas de Esgotamento Sanitário seguir as Diretrizes Ambientais para Elaboração de Outorga de Lançamento de Efluentes Domésticos e as Diretrizes para Elaboração de Outorgas de Intervenções e Obras, do MPS – Sanepar.

No desenvolvimento dos elementos para obtenção de Outorgas para Sistemas de Abastecimento de Água seguir as Diretrizes Ambientais para Elaboração de

PRESCRIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Outorga de Captações Superficiais e as Diretrizes para Elaboração de Outorgas de Intervenções e Obras, do MPS – Sanepar.

3.14 Estudo de Viabilidade Econômica, Financeira e Ambiental

3.14.1 Estudo de Viabilidade Econômica e Financeira

Analisar a viabilidade de um projeto é avaliar os benefícios gerados por este projeto, e os custos relacionados à sua implantação, operacionalização e administração. Um projeto é viável quando os benefícios são superiores aos custos.

A análise de viabilidade econômica é realizada para confrontar os custos do empreendimento e os benefícios que ele trará para a sociedade como um todo.

A análise de viabilidade financeira é feita para confrontar os custos do empreendimento com os benefícios financeiros (monetários) que serão obtidos para quem o executa, ou seja, para o indivíduo ou a organização que põe em prática o projeto.

Na Sanepar, os investimentos realizados que atendam os critérios regulatórios de elegibilidade (necessidade, utilidade e prudência), resultarão em projetos que a taxa de retorno (TIR) será igual ao WACC Regulatório (taxa de remuneração sobre os investimentos), uma vez que, em virtude do atual modelo regulatório, a tarifa praticada para os usuários dos serviços, determinada pela Agência Reguladora, contém uma parcela referente a taxa de remuneração (WACC) sobre os investimentos realizados, e outra referente a recomposição do capital investido (QRR) sendo que os custos operacionais eficientes também possuem cobertura tarifária.

Destaca-se que na elaboração dos estudos de viabilidade financeira, deverá ser levado em consideração eventuais baixas de ativos que ainda possuam valores residuais na Base de Ativos Regulatória – BAR, uma vez que, após baixados, os valores são retirados da BAR encerrando o repasse via tarifa, caracterizando uma perda para a concessionária.

Desta forma, diante do atual modelo regulatório tarifário, dentre as várias possibilidades de se realizar um empreendimento, aquela que atenda aos requisitos técnicos exigidos e seja a mais econômica (respeitando ao princípio da prudência), resulta em ganhos para a sociedade por contribuírem para a modicidade tarifária, no

PRESCRIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

entanto, deve ser avaliado o impacto de possíveis perdas resultantes de baixas de ativos que não estejam totalmente depreciados.

Os estudos de viabilidade econômica e/ou financeira deverão ser realizados quando previstos no Termo de Referência da contratação, atendendo também às observações que constarem no mesmo.

Antes do início dos estudos de viabilidade a contratada deverá apresentar à Sanepar uma prévia dos parâmetros que pretende utilizar nas análises, bem como de seus respectivos valores.

Como produto do estudo de viabilidade econômica e financeira deverá ser apresentado a Sanepar um relatório contendo, minimamente:

- Os custos financeiros estimados para a implantação, operacionalização, administração do empreendimento, com descriptivo de como foram obtidos, quais foram às fontes consultadas;
- Os benefícios econômicos que o empreendimento trará para a sociedade;
- Os benefícios/prejuízos financeiros (monetários) que o empreendimento proporcionará para a Sanepar.
- As medidas de viabilidade adotadas nas análises (por exemplo, valor presente líquido - VPL; taxa interna de retorno - TIR; *payback*; retorno sobre o investimento - ROI; entre outros) visando identificar a melhor alternativa sob à ótica da modicidade tarifária e do retorno do capital investido.

3.14.2 Estudo de Viabilidade Ambiental

Este estudo deverá ser realizado se previsto no Termo de Referência da contratação, e deverá atender também às observações que constarem no mesmo.

Deverá ser apresentado um relatório contendo a análise do ambiente no qual o empreendimento será implantado e no qual exercerá influência, incluindo aspectos relativos ao bioma, recursos naturais, população e atividades econômicas.

Considerar os impactos do empreendimento no ambiente, bem como as medidas que o empreendedor precisará tomar para reduzir os eventuais efeitos negativos de seu empreendimento.

PRESCRIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

3.15 Orçamento Estimativo da Alternativa Ótima de Projeto

Elaborar orçamento estimativo da Alternativa Ótima de Projeto, considerando todas as unidades propostas, em todas as etapas do horizonte de projeto. Incluir nesse orçamento as unidades que não foram computadas no estudo de alternativas por serem iguais entre as opções estudadas.

Apresentar o memorial de cálculo do orçamento.

Este orçamento servirá de base para a solicitação de recursos para a implantação das obras.

É de inteira responsabilidade da contratada o quantitativo de materiais e orçamentos apresentados no Estudo Técnico Preliminar. Os ônus advindos de erros, desde que realmente constatados, serão assumidos pela contratada.

Apresentar tabela contendo o estagiamento de investimentos e as obras propostas.

3.16 Resumo do Estudo Técnico Preliminar

O resumo do Estudo Técnico Preliminar será um relatório, descrevendo sucintamente as características do sistema existente e do sistema proposto. No mínimo, deverão ser apresentados:

- Descrição sucinta do sistema existente;
- Descrição sucinta da Alternativa Ótima de Concepção e da Alternativa Ótima de Projeto;
- Leiaute Geral do sistema contemplando as unidades existentes e as unidades propostas;
- Quadro de investimentos previstos para as unidades do sistema proposto em cada etapa de implantação.

Quando a Sanepar já tiver a informação do órgão financiador do empreendimento, poderá solicitar à contratada a complementação deste relatório, em função de solicitações do órgão financiador.

**PRESCRIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

3.17 Entrega Final

3.17.1 Apresentação

* Apresentar o Estudo Técnico Preliminar de forma clara, objetiva e organizada, seguindo o módulo Diretrizes para Elaboração de Projetos de Saneamento – Apresentação de Documentos Técnicos (Módulo 9.12), do MPS – Sanepar.

O Estudo Técnico Preliminar deverá ser entregue com as respectivas ARTs dos profissionais da equipe técnica da contratada, que efetivamente participaram do desenvolvimento do trabalho.

3.17.2 Finalização do Estudo

O Estudo será considerado concluído quando atender todas as alterações solicitadas pelo engenheiro fiscal do contrato, o escopo da contratação e assegure que as necessidades da Gerência Cliente/Solicitante foram atendidas.

Em qualquer época, a Sanepar poderá solicitar à empresa contratada complementações, esclarecimentos e/ou correções no Estudo, sem acarretar ônus adicional à Sanepar.

A finalização dos estudos e projetos não exime a contratada da responsabilidade técnica sobre o mesmo.

* A equipe técnica da empresa contratada deve elaborar e realizar a apresentação (em slides ou similares) do projeto final para a Gerência Cliente/Solicitante e Gerências interessadas. A apresentação deve conter itens do Relatório Resumo com auxílios gráficos, entre outras informações pertinentes.

No final do Estudo, a Sanepar emitirá o Laudo de Recebimento de Estudos e Projetos – LREP. Para tanto, será necessário a ART de cada profissional da contratada que efetivamente participou do desenvolvimento do Estudo, contendo todas as atividades por ele desenvolvidas.

Caso verificado, mesmo em data posterior ao vencimento do Contrato, que a empresa contratada deixou de cumprir quaisquer dos itens pertinentes ao escopo do Estudo Técnico Preliminar, a empresa contratada deverá cumprir, quando solicitado.

***PREScrições PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR***

3.18 Outros Elementos

Caso o Termo de Referência solicite elementos que não estejam descritos nestas Prescrições, as instruções se encontrarão no próprio Termo de Referência e devem atender às normas vigentes.